



Dissertação

Mestrado em Finanças Empresariais

A influência do desempenho financeiro no relato de sustentabilidade do mercado de capitais português

Dália Pereira Marques

Leiria, *setembro* de 2016



Dissertação

Mestrado em Finanças Empresariais

A influência do desempenho financeiro no relato de sustentabilidade do mercado de capitais português

Dália Pereira Marques

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação do Doutor Francisco António Vaz Guedes Delgado Ferraz, Professor da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria e coorientação do Doutor Pedro Manuel Rodrigues Carreira, Professor da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria.

Leiria, setembro de 2016

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

Agradecimentos

Manifesto os meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que contribuíram para a concretização desta dissertação.

Ao Professor Francisco Ferraz, meu orientador, e ao Professor Pedro Carreira, meu coorientador, pelo incentivo, aconselhamento e supervisão de todo este trabalho.

À Professora Lígia Febra, pelas sugestões de melhoria indicadas.

Aos meus pais, por toda a minha vida, não existem palavras que possam exprimir quão grata estou por tudo o que me têm proporcionado ao longo da minha existência.

Aos meus irmãos, Nelson e Irene, por todo o incentivo e orgulho que depositaram em mim, ao longo de todo o meu percurso académico.

Ao João, por me acompanhar em cada fase da minha vida, apoiando-me sempre incondicionalmente.

Os meus maiores agradecimentos.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

Resumo

O relato de sustentabilidade das organizações afirma-se como uma importante ferramenta de divulgação de atuação e conduta, sendo relevante aferir as razões que motivam a sua elaboração e difusão.

O objetivo desta investigação consiste em analisar a influência do desempenho financeiro no relato de sustentabilidade das empresas cotadas na *EuroNext Lisbon*, no período compreendido entre os anos 2012 e 2014.

A pesquisa iniciou-se com a revisão bibliográfica, a fim de se conhecerem os mais variados estudos no âmbito do relato de sustentabilidade. Posteriormente, foram delineadas as hipóteses de investigação e testadas através do modelo de regressão linear múltipla.

A recolha dos dados foi feita através de uma exaustiva análise de conteúdo aos relatórios de sustentabilidade e relatórios de contas de cada empresa em estudo. Para os três anos em análise foi criado um índice de divulgação de informação com base nos indicadores de desempenho económico, ambiental e social do *Global Reporting Initiative* (GRI).

Os resultados obtidos sugerem um relacionamento de algumas variáveis financeiras das empresas nos seus níveis de relato, nomeadamente que empresas com um maior rácio de endividamento divulgam um menor nível de informação; empresas com um maior resultado líquido divulgam um maior nível de informação e também empresas com um maior rácio *price-to-book value* divulgam um maior nível de informação. Também há evidência de que a dimensão (medida pelo valor do ativo) e a taxa de rendibilidade (medida pelo ROE) não afetam o índice de divulgação de RSE – Responsabilidade Social Empresarial.

Ao longo deste estudo foi também identificado um conjunto diversificado de vantagens em divulgar relatórios de sustentabilidade, permitindo realçar a crescente importância que este tipo de relato tem na organização bem como o seu impacto junto dos seus *stakeholders*.

Palavras-chave: RSE- Responsabilidade Social Empresarial, GRI- *Global Reporting Initiative*, Relatórios de sustentabilidade, Índice de divulgação.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

Abstract

The purpose of this dissertation consists on the analysis of the financial performance and its influence on the financial sustainability of portuguese listed companies between the years 2012 and 2014.

The dissertation starts with a literature review with the objective of understanding different studies and their findings relating with the same subject. It was the conclusion of the literature review and its findings that permitted the creation of research hypotheses to be tested during this dissertation. The hypotheses were tested using the linear regression model.

The data was collected from a content analysis of the sustainability and accounts reports from each company throughout the years in study. For each of those years, it was developed a disclosure index which included indicators such as economic development, environmental and social data from Global Reporting Initiative.

The results suggest that companies with higher debt ratio show a lower level of information disclosure. Moreover, companies with a higher profits and companies with a higher price-to-book value ratio disclose a higher level of information. Finally, the dimension of the companies (measured by total assets) and the return on equity seem not to affect information disclosure.

During this research, several advantages in providing sustainability reports to the public were signaled. The main advantage is that those reports increase the favourable impact of the sustainability activities on the public opinion and on investors' decisions.

Keywords: Corporate Social Responsibility, GRI- Global Reporting Initiative, Sustainability Reporting, Disclosure Index.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

Lista de figuras

Figura 1: <i>Triple bottom line</i>	5
Figura 2: Relação entre a Teoria da Legitimidade e o <i>Disclosure</i> Corporativo	12
Figura 3: Teoria dos <i>Stakeholders</i>	14
Figura 4: The Pyramid of Corporate Social Responsibility	16
Figura 5: Princípios e orientações para a elaboração de relatórios de sustentabilidade segundo o normativo GRI	20
Figura 6: Níveis de aplicação do Relatório GRI3	24
Figura 7: Output da regressão	50

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

Lista de tabelas

Tabela 1: Níveis de aplicação GRI3 e GRI4	23
Tabela 2: Indicadores de perfil GRI3, GRI3.1 e GRI4.....	25
Tabela 3: Indicadores de Desempenho	25
Tabela 4: Desempenho Económico	25
Tabela 5: Desempenho Ambiental	26
Tabela 6: Desempenho Social	26
Tabela 7: Diferenças entre os relatórios Financeiros e relatórios de Sustentabilidade	30
Tabela 8: Principais variáveis utilizadas em estudos sobre a RSE.....	31
Tabela 9: Escala da pontuação para determinar o grau de divulgação dos RSE.....	36
Tabela 10: Constituição da amostra.....	38
Tabela 11: Resumo das variáveis em estudo	42

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

Lista de gráficos

Gráfico 1: Utilização das diretrizes GRI entre 2012 e 2014	39
Gráfico 2: Evolução da aplicação dos normativos GRI	40
Gráfico 3: Índice de Divulgação de RSE	45
Gráfico 4: Nível médio de divulgação de RSE por ano	46
Gráfico 5: Nível médio de Divulgação de RSE por Setor de Atividade	46
Gráfico 6: Índice de Desempenho de RSE: Económico	47
Gráfico 7: Índice de Desempenho de RSE: Ambiental	47
Gráfico 8: Índice de Desempenho de RSE: Social	48
Gráfico 9: Índice médio de Divulgação de RSE: Económico por ano	48
Gráfico 10: Índice médio de Divulgação de RSE: Ambiental por ano	49
Gráfico 11: Índice médio de Divulgação de RSE: Social por ano	49
Gráfico 12: Gráfico de dispersão (ln A, ID)	51
Gráfico 13: Gráfico de dispersão (P, ID)	52
Gráfico 14: Gráfico de dispersão (ln RLP, ID)	53
Gráfico 15: Gráfico de dispersão (RCP, ID)	54
Gráfico 16: Gráfico de dispersão (PBV, ID)	55

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

Lista de siglas

AGSM- *Australian Graduate School of Management*

CNMV- *Comisión Nacional del Mercado de Valores (Espanhol)*

CSC- *Código das Sociedades Comerciais*

EC- *Estrutura Conceptual*

GRETLM- *Gnu Regression Econometrics and Time-series Library*

GRI- *Global Reporting Initiative*

HT- *Horizonte Temporal*

PBV- *Price-to-Book Value*

PCGA- *Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites*

PER- *Price earnings ratio*

ROE- *Return on equity*

RS- *Relatórios de Sustentabilidade*

RSE- *Responsabilidade Social Empresarial*

SNC- *Sistema de Normalização Contabilística*

TBL- *Triple Bottom Line*

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

Índice

AGRADECIMENTOS	III
RESUMO	V
ABSTRACT	VII
LISTA DE FIGURAS	IX
LISTA DE TABELAS	XI
LISTA DE GRÁFICOS	XIII
LISTA DE SIGLAS	XV
ÍNDICE	XVII
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Interesse do tema, problemática e relevância	1
1.2. Grau de inovação previsto	2
1.3. Estrutura	3
2. REVISÃO DA LITERATURA	5
2.1. Desenvolvimento Sustentável	5
2.2. Responsabilidade Social	8
2.3. Teorias subjacentes à divulgação de informação	11
2.4. <i>GRI- Global Reporting Initiative</i>	18
2.4.1. Principais mudanças GRI 3 para GRI 4	23
2.5. Medição do desempenho	26

2.6. Relatórios de Sustentabilidade vs Relatórios Financeiros	28
2.7. Outros estudos	31
3. METODOLOGIA	35
3.1. Fontes de informação	36
3.2. Amostra e caracterização	38
3.3. Hipóteses de Investigação	40
3.4. Modelo econométrico e variáveis	41
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	45
5. CONCLUSÃO	57
BIBLIOGRAFIA	61
ANEXOS	72

1. Introdução

Cada vez mais as organizações assumem a importância de relatar as suas práticas de atuação responsável percebendo assim a necessidade que os seus *stakeholders* têm de informação complementar à que tradicionalmente é fornecida pelos relatórios financeiros e de gestão. Por outro lado, a divulgação de informação que permite uma análise mais global da atuação e comportamento das organizações poderá ser influenciada pelo seu desempenho, sendo relevante perceber este relacionamento.

1.1. Interesse do tema, problemática e relevância

Num ambiente empresarial cada vez mais globalizado e concorrencial, torna-se necessário desenvolver modelos de gestão que permitam promover o nível de sucesso e desenvolvimento sustentável das organizações.

Com o acentuar da crise económica que se alastrou na última década, as empresas em geral, e em especial as portuguesas, viram-se obrigadas a desenvolver e a implementar estratégias que minimizassem riscos e cenários menos positivos, influenciando que as mesmas procurassem transmitir aos *stakeholders* níveis de confiança e transparência de modo a gerar e impulsionar a obtenção de um conjunto de vantagens competitivas.

De entre um conjunto de instrumentos à disposição das organizações, os relatórios de sustentabilidade afirmam-se cada vez mais como uma ferramenta de divulgação de gestão em áreas chave, tanto a nível económico como ambiental e/ou social. Considerados como elementos de informação complementar são elaborados mediante carácter opcional. Estes tendem a reproduzir com fiabilidade um conjunto de comportamentos e práticas organizacionais que são desenvolvidos pelas empresas nos diversos períodos de atividade.

Diversos autores referem a crescente preocupação e importância dada pela sociedade para o Desenvolvimento Sustentável, influenciando assim as organizações a terem uma maior sensibilidade para esta temática, nomeadamente quer a nível de atuação como de divulgação (Manetti e Becatti, 2009; Faria, 2010; Hubbard, 2011).

Por outro lado, diversos estudos têm vindo a procurar analisar as motivações das organizações para a divulgação das suas práticas a nível da sustentabilidade (Faria, 2010). Aspectos psicológicos, sociais, morais, melhoramento de imagem, interesses a longo prazo, aumento de rendibilidade, pressão externa, vantagens financeiras entre outras razões são apontadas como fatores influenciadores da divulgação de informação sustentável (Gao e Zhang, 2006; Brønn e Vidaver-Cohen, 2009).

De acordo com Faria (2010), os relatórios de sustentabilidade têm vindo a ter uma importância crescente no contexto dos negócios, sendo importante perceber a influência que certos aspetos possam ter no seu impulsionamento, nomeadamente fatores de âmbito financeiro.

Atendendo ao conjunto de aspetos mencionados, através deste estudo pretende-se analisar a influência do desempenho financeiro no relato de sustentabilidade das organizações. Tendo em conta as vantagens proporcionadas por este tipo de divulgação, decorrentes da implementação das diretrizes (GRI) e das orientações atuais de relato nesta temática, pretende-se verificar se a performance financeira das organizações, nomeadamente refletida no mercado de capitais *Euronext Lisbon*, influencia a “quantidade” de informação divulgada pelas empresas a nível de relato de sustentabilidade.

Em suma, a questão de investigação prevista orientadora da presente dissertação é a seguinte: “será que as organizações com um maior desempenho financeiro tendem a ter um maior nível de divulgação de informação nos seus Relatórios de Sustentabilidade?”

1.2. Grau de inovação previsto

Esta investigação tem como aspetos inovadores o período temporal em questão e o estudo das novas diretrizes GRI4 (2013).

Através da análise do período de 2012 a 2014, período após crise financeira, pretende-se mostrar qual o impacto que estes relatórios têm nas empresas cotadas num período muito recente (permitindo uma informação atualizada).

Para além disso, e associado ao aspeto anterior, outro aspeto a ter em conta é o facto de se recorrer a diretrizes de relato de sustentabilidade mais recentes, designadas G4, nomeadamente estabelecidas a partir de 2013, sendo que estas têm a materialidade como principal critério para a sua implementação (por referência da norma de GRI4). Por fim, a

diversidade setorial das empresas, como é o caso das empresas cotadas na *Euronext Lisbon*, permitirá uma informação abrangente e transversal da realidade do relato, neste mercado específico.

1.3. Estrutura

Um trabalho de investigação, de acordo com Gauthier (2003), é desenvolvido através de um processo complexo que compreende diversas fases, combinando a teoria e a prática, que vão desde o estabelecimento do objeto de estudo, passando por uma estruturação da investigação, a obtenção da informação e a análise e difusão de resultados.

O desenvolvimento do presente trabalho de investigação apresenta-se dividido em cinco capítulos distintos, sendo eles:

1. Introdução;
2. Revisão da literatura;
3. Metodologia;
4. Resultados e discussão;
5. Conclusão.

O primeiro capítulo, Introdução, no qual nos situamos, procede ao início do trabalho, onde se reflete sobre o interesse do tema, a sua problemática e a relevância do mesmo. São referidos os objetivos pretendidos, o grau de inovação previsto e a sua estrutura.

O segundo capítulo, Revisão da Literatura, procura realizar uma abordagem aos aspetos teóricos base da investigação. Assim, é efetuada uma reflexão sobre a temática do Desenvolvimento Sustentável e da Responsabilidade Social, bem como das teorias subjacentes à divulgação da informação das organizações e ainda às diretrizes internacionais de relato sustentável *GRI - Global Reporting Initiative*. São ainda abordadas as temáticas da medição do desempenho bem como a comparação entre os Relatórios de Sustentabilidade e os Relatórios Financeiros, apresentando ainda uma análise das principais variáveis utilizadas em estudos sobre a RSE.

No terceiro capítulo, Metodologia, foca-se o método utilizado e suas etapas no processo e formulam-se as hipóteses de investigação, onde são indicadas as suposições base que pretendem ser verificadas e que orientam a estrutura do trabalho desenvolvido.

No quarto capítulo, Resultados e discussão, são apresentados os elementos provenientes dos resultados obtidos e é realizada uma discussão sobre os mesmos.

Por último, no quinto capítulo, Conclusão, são extraídas e tecidas as conclusões finais do trabalho, terminando com uma análise de limitações ao trabalho efetuado e sugestão de possíveis linhas de investigação futura.

2. Revisão da Literatura

Nos dias de hoje, cada vez mais se aborda a temática da sustentabilidade e responsabilidade social, organizacional ou corporativa. Neste sentido, as entidades tendem a aplicar condutas de responsabilidade social, relacionando-se com os *stakeholders* procurando minimizar impactos negativos, nomeadamente escândalos, fraudes ou outras situações, e simultaneamente obtendo vantagens competitivas face à concorrência. Estes aspetos refletem a atualidade e pertinência do tema em questão. Abordar o tema da Responsabilidade Social implica necessariamente relacionar esta temática com o conceito que está na sua origem, ou seja, o designado Desenvolvimento Sustentável. Esta parte do trabalho enquadra o tema, citando os autores cujos estudos são considerados relevantes para o esclarecimento de conceitos e toda a temática envolvente.

2.1. Desenvolvimento Sustentável

Segundo Leite *et al.* (2007), numa economia crescentemente globalizada, onde a competitividade se faz à escala mundial, as empresas procuram criar vantagens competitivas de forma a assegurarem a capacidade de criar valor para os seus acionistas e manterem-se competitivas face aos seus concorrentes. Uma das áreas que permite tal objetivo, de acordo com vários autores, é a da sustentabilidade.

O conceito da sustentabilidade está intimamente associado ao *Triple Bottom Line* (Figura 1).

FIGURA 1: TRIPLE BOTTOM LINE



Fonte: RDGI - Consulting¹

¹ <http://www.ridg.com/blog/2015/3/26/usfsp-innovation-overnight-design-thinking-and-triple-bottom-line>

De acordo com Elkington (1998), este conceito fundamenta-se em pilares de três dimensões: a **económica**, baseada na prosperidade como resultado da geração de riqueza, através da criação de valor transacionável em mercados; a **ambiental**, baseada na preservação da biodiversidade, como resultado do respeito do equilíbrio entre as necessidades humanas e a capacidade regenerativa do meio ambiente. Partindo do princípio que toda a atividade económica tem um efeito negativo no ambiente deve procurar-se minimizar os impactos sobre o ambiente (Comissão das Comunidades Europeias, 2001a; 2001b; Silva *et al.* 2012). Assim, empresas que utilizem matérias-primas devem sempre que possível obter forma de repor os recursos consumidos no meio ambiente, bem como reduzir a emissão de CO₂; por fim, a dimensão **social**, baseada na equidade, como resultado de processos de inclusão das populações mais pobres através do acesso aos direitos e liberdades universalmente aceites.

Também Dyllick e Hockerts (2002) enumeram como princípios básicos da sustentabilidade: o capital económico, onde empresas sustentáveis a nível económico possuem *cash flow* capaz de garantir liquidez, produzindo um retorno acima da média para os seus acionistas; o capital natural, onde empresas sustentáveis a nível ecológico utilizam apenas recursos naturais, onde a regeneração natural ou o desenvolvimento de substitutos não é posta em causa, e, por fim, o capital social, onde empresas sustentáveis a nível social contribuem para o aumento do capital humano e social acrescentado valor às sociedades onde operam.

Segundo o World Commission on Environment and Development (1987), o desenvolvimento sustentável trata da capacidade que a humanidade tem de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras.

Ser sustentável é, segundo Vellani e Ribeiro (2009), promover o desenvolvimento económico preservando o meio ambiente e, conseqüentemente, satisfazendo as necessidades das sociedades futuras, no curto e no longo prazo, sem esquecer as necessidades de cada empresa.

Os relatórios de sustentabilidade surgiram então com carácter facultativo/opcional para as entidades, não sendo estes alvos de auditorias ou de modelo *standard* a cumprir. No entanto, existe um conjunto de diretrizes que podem ser tidas em consideração na sua elaboração. Para Eugénio e Gomes (2013), “os relatórios de sustentabilidade constituem uma ferramenta de reporte que visa comunicar a abordagem estratégica e operacional nas

vertentes económicas, sociais e ambiental, e a performance obtida, consubstanciada em indicadores, metas/*achievements* e indicadores decorrentes da política de sustentabilidade das organizações”. Nos estudos elaborados pela KPMG (2005, 2008), é definido pela consultora que os relatórios de sustentabilidade compreendem um conjunto de informação quantitativa e qualitativa na sua performance financeira/económica, social/ética e ambiental de modo equilibrado.

Segundo o GRI (2006), “elaborar relatórios de sustentabilidade consiste na prática em medir, divulgar e prestar contas, às várias partes interessadas, sobre o desempenho das organizações, visando atingir o objetivo do desenvolvimento sustentável”. Nesta ótica, a sua conceção deve fornecer uma declaração equilibrada e razoável do desempenho de sustentabilidade da organização, incluindo tanto as contribuições positivas, como as negativas.

A publicação de relatórios de sustentabilidade deve ser entendida como uma mais-valia para a boa reputação da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) “tanto para os *stakeholders* se tornarem mais conscientes dos factos, como para as empresas concorrentes verificarem se estão em falta nesta área” (Rohweder, 2004 e Unerman, 2008, citados por Rodrigues, 2013).

O desenvolvimento sustentável pressupõe uma consciência cidadã e um conjunto de práticas voluntárias adotadas pelas organizações devendo as mesmas desenvolver uma atuação e conduta responsável (Morrós e Martínez, 2005). Desta forma, será possível assim obter um resultado promovendo o crescimento e a criação de valor sustentável (Ferraz, 2012).

Atendendo ao relacionamento do conceito de Desenvolvimento Sustentável com a Responsabilidade Social, passaremos de seguida a abordar esta temática.

2.2. Responsabilidade Social

O conceito de responsabilidade social das empresas (RSE) advém segundo o princípio no qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um “ambiente mais limpo”. Esta responsabilidade manifesta-se em relação aos trabalhadores e, mais especificamente, em relação a todas as partes interessadas afetadas pela empresa e que, por sua vez, podem influenciar os seus resultados (Comissão das Comunidades Europeias, 2001a).

De acordo com a Associação Espanhola de Contabilidade (AECA, 2006), a base do conceito de Responsabilidade Social relaciona-se com o Desenvolvimento Sustentável, sendo este um processo não apenas económico, mas também social, político e ambiental para a comunidade humana numa perspetiva de longo prazo. É possível atingir estes desafios através de uma nova atuação organizacional.

De uma forma genuína, as organizações devem relacionar-se com as diversas partes interessadas, ou seja, com quem interagem e atuam, garantindo assim a satisfação de necessidades de um conjunto alargado de intervenientes da organização, os designados *stakeholders*. O conceito é abrangente, sendo incluídos diversos agentes económicos tais como fornecedores, estado, clientes, trabalhadores, investidores, comunidade local, gerentes, consumidores e outras organizações. Desta forma, a atuação e relacionamento poderá ser interno ou externo, sendo referido de uma forma geral em dois conjuntos ou dimensões da Responsabilidade Social.

A dimensão interna diz respeito à empresa em si mesma. Mais concretamente, foca-se na gestão dos recursos humanos, saúde e segurança no trabalho, adaptação à mudança e, por último, na gestão do impacto ambiental e dos recursos naturais. A nível da gestão de recursos humanos, a fim de captar e reter os melhores profissionais, é proporcionada a aprendizagem aos colaboradores ao longo do seu percurso na empresa, promovendo a igualdade entre todos, bem como a possibilidade de evolução na carreira, com o intuito de os satisfazer e, conseqüentemente, de aumentar a produtividade e bem-estar empresarial. A nível da saúde e segurança no trabalho, existe legislação que a empresa aplica, a certificação de um sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho é uma forma de comprovar as práticas voluntárias de responsabilidade social.

A nível da adaptação à mudança, nos dias de hoje, cada vez mais ocorrem fusões e aquisições. Neste contexto de reestruturação empresarial, esta deve ser feita de forma socialmente responsável, sendo necessário tomar em consideração todas as partes interessadas afetadas neste processo, que atempadamente devem ser informadas na íntegra do processo, avaliando os riscos, processos e políticas alternativas. A nível da gestão do impacto ambiental e dos recursos humanos, este investimento, regra geral, conduz a vantagens significativas para a empresa, como sendo a redução na exploração de recursos naturais, emissão de poluentes e/ou redução de resíduos, que contribui para diminuir o impacto ambiental e as despesas energéticas, e aumentar a despoluição e eliminação de resíduos, conduzindo a um aumento dos lucros.

A dimensão externa diz respeito a toda a comunidade que pode ser afetada pela empresa, mais concretamente a relação com as comunidades locais, parceiros comerciais, fornecedores e consumidores, direitos humanos e, por último, preocupações ambientais globais. A nível das comunidades locais, as empresas socialmente responsáveis contribuem para as mesmas através da geração de emprego, remunerações, benefícios e impostos. A participação ativa das empresas em atividades locais proporciona uma melhor imagem, e reputação, e tende a facilitar o acesso a melhores contratações, bem como a sua fidelização. A nível de parceiros comerciais, fornecedores e consumidores, ao serem estabelecidas relações com os parceiros de negócio, as empresas têm a possibilidade de reduzir os custos das suas atividades e operações, sendo possível aumentar a qualidade dos serviços/produtos. A nível dos direitos humanos, devem ser adotados códigos de conduta a todos os níveis da organização, devendo existir a verificação da sua aplicação prática contínua. A nível das preocupações ambientais globais, uma vez que os problemas ambientais não possuem fronteiras, as organizações devem ter um papel ativo neste âmbito. Devem ser adotadas medidas de forma a reduzir a produção de resíduos, a emissão de poluentes e o consumo de energia (Comissão das Comunidades Europeias, 2001a).

Ser socialmente responsável não se restringe ao cumprimento de todas as obrigações legais, implica um maior investimento em capital humano, em ambiente e nas relações com outras partes interessadas e comunidades locais (Manual de Responsabilidade Social, 2011).

Para Guerreiro (2013), assim como se divulgam as prestações de contas anualmente, também os relatórios de sustentabilidade devem divulgar, no mesmo período, as práticas de Responsabilidade Social, “no contexto dos compromissos, da estratégia e da

forma de gestão da organização”. Deste modo, embora o principal objetivo das entidades seja a obtenção de lucro/ criação de valor “através da produção de bens e serviços que a sociedade carece, gerando assim lucros para os proprietários e acionistas e bem-estar para a sociedade, em especial através de um processo contínuo de criação de emprego” (Baylis e Smith, 2005, citados por Mota e Dinis, n.d.), as empresas devem ao mesmo tempo contribuir para o cumprimento dos objetivos económicos, ambientais e sociais.

São apresentados por Willard (2002) sete benefícios fundamentais para que uma empresa opte por um desenvolvimento sustentável. Os sete benefícios, segundo o autor, são a maior facilidade na contratação de melhores profissionais; a maior facilidade na retenção desses mesmos profissionais; o aumento da produtividade dos trabalhadores; o aumento da eficiência da produção; a redução das despesas em publicidade; a maior entrada de capital e, por fim, a redução do risco, que conseqüentemente facilita o financiamento. Também Heal, 2004 e Tsoutsoura, 2004, citados por Afonso *et al.* (2012), se referem aos benefícios que provêm da adoção de práticas de responsabilidade social, como sendo a redução dos riscos associados à gestão empresarial e aos conflitos entre sociedade e empresas a nível social e ambiental; a redução de desperdícios e dos custos operacionais, decorrente de uma gestão mais eficiente dos recursos e processos; a melhoria nas relações com as entidades reguladoras; a melhoria da imagem e reputação das empresas, podendo assim o acesso a capital e parcerias de negócio ser simplificado; a melhoria das relações humanas, da produtividade dos recursos humanos e da capacidade de reter e atrair os melhores recursos humanos e, por fim, a diminuição do custo do capital, através do investimento socialmente responsável.

Por fim, Melo e Froes (2001), citados por Oliveira (2010), enunciam que publicar informações com cariz de responsabilidade social acarreta um conjunto de vantagens competitivas, como sendo a consolidação da marca e imagem da organização perante todos os *stakeholders*. A atração de novos investidores bem como a fidelização dos clientes vem como consequência da boa imagem que é trespassada para o mercado, dando credibilidade e reputação e permitindo diferenciação em relação à concorrência. A divulgação desta informação permite a prevenção de riscos que decorram da atividade organizacional de forma a torná-la em novas oportunidades. São exemplo a redução dos custos operacionais, o maior compromisso pela proteção ambiental e o desempenho de um papel social preponderante, que permita a captação e retenção de melhores profissionais. Os autores

apontam também como vantagem a existência de uma menor ocorrência de fiscalizações e auditorias por parte de órgãos externos.

De forma a compreender o papel da comunicação da informação, abordamos de seguida as teorias subjacentes à divulgação da informação empresarial.

2.3. Teorias subjacentes à divulgação de informação

Neste estudo, para além de ser fundamental compreender os vários conceitos associados a RSE, é importante perceber o motivo que conduz as organizações a divulgarem as suas condutas e práticas organizacionais, tornando-se assim indispensável a apresentação e comunicação da atuação empresarial. Importa deste modo perceber os fundamentos subjacentes a essa importância, nomeadamente as teorias existentes subjacentes à divulgação da informação empresarial, tais como a teoria da Legitimidade, a teoria dos *Stakeholders*, a teoria da Agência, a teoria da Sinalização e a teoria Institucional, as quais passamos a abordar.

Teoria da Legitimidade

A teoria da legitimidade baseia-se na ideia de que os gestores, de forma a garantirem o sucesso empresarial, devem seguir um comportamento considerado socialmente aceitável na sociedade onde se inserem. Isto é, divulgando informação voluntária acerca da sustentabilidade social, com a intenção de legitimar as atividades da empresa perante o público, mostrando que se trata de uma empresa socialmente responsável (O'Donovan, 2002).

Segundo Brown e Deegan (1998), as empresas têm como objetivo, não apenas a criação de lucro e de emprego, mas a verificação de um conjunto de normas e valores. Deste modo, as empresas garantem que operam em conformidade, de forma a serem consideradas legítimas pela sociedade de forma contínua. Assim, é transmitida uma imagem socialmente responsável junto de todos os *stakeholders*, quer do produto ou serviço que se está a comercializar, quer de todo o processo e método operacional utilizado na sua fabricação.

Lindblom (1993), citado por Rodrigues (2013), expôs que a estratégia da legitimação pode-se subdividir em pró-ativa ou reativa. “Uma estratégia de legitimidade pró-ativa visa prevenir uma lacuna de legitimidade em vez de tentar reduzi-la, enquanto as estratégias reativas são adotadas pelas organizações depois serem confrontadas com exigências ou críticas do seu público relevante como resultado de uma mudança nos seus interesses e percepções”.

Deegan (2002), citado por Eugénio (2010), refere que a teoria da legitimidade está intimamente relacionada com o conceito de contrato social, sendo que as empresas são parte integrante desse contrato, onde apenas existem “porque a sociedade as considera legítimas”. Também Guthrie e Parker (1989), citados por Canilho (2012), referem também que a teoria da legitimidade está relacionada com um contrato social, “no qual a empresa deve realizar várias ações que irão de encontro às expetativas sociais, com o objetivo de obter aprovação da sociedade e, conseqüentemente, a sobrevivência da empresa”.

Branco e Rodrigues (2008) referem que a aceitação social das empresas por parte dos *stakeholders* surge do cumprimento das normas e regras de conformidade e que o sucesso e continuidade das empresas advém da legitimidade que surge desse comportamento, que envolve as atividades de responsabilidade social.

FIGURA 2: RELAÇÃO ENTRE A TEORIA DA LEGITIMIDADE E O *DISCLOSURE* CORPORATIVO



A Figura 2 representa a relação entre o processo de legitimidade e o *disclosure* corporativo, segundo Portal *et al.* (2012). Aspectos como a viabilidade económica, as expectativas socioculturais e a dimensão político-legal surgem entre a organização e a

sociedade através de um contrato social que satisfaz as expectativas de ambas as partes. O carácter dinâmico das relações sociais do dia-a-dia leva a organização a adaptar-se incorrendo a reações pró-ativas, como por exemplo o *disclosure* corporativo.

Teoria dos *Stakeholders*

A teoria dos *Stakeholders* (ou Teoria das Partes Interessadas) surgiu pela primeira vez na década de 80 (Freeman e McVea, 2001). Esta teoria defende que as organizações têm responsabilidade relativamente a vários grupos de interesse que afetam ou são afetados pelas atividades desenvolvidas pelas empresas, para além dos acionistas e investidores, devendo procurar o equilíbrio na satisfação dos interesses dos diversos *stakeholders* (Rego *et al.*, 2007 e Freeman, 1998).

Pretende-se com esta teoria que os gestores desenvolvam e implementem procedimentos que vão ao encontro das necessidades de todos os que se relacionam com o negócio, onde o gestor deve comprometer-se em divulgar a Responsabilidade Social Empresarial a fim de atingir os objetivos empresariais (Freeman e McVea, 2001).

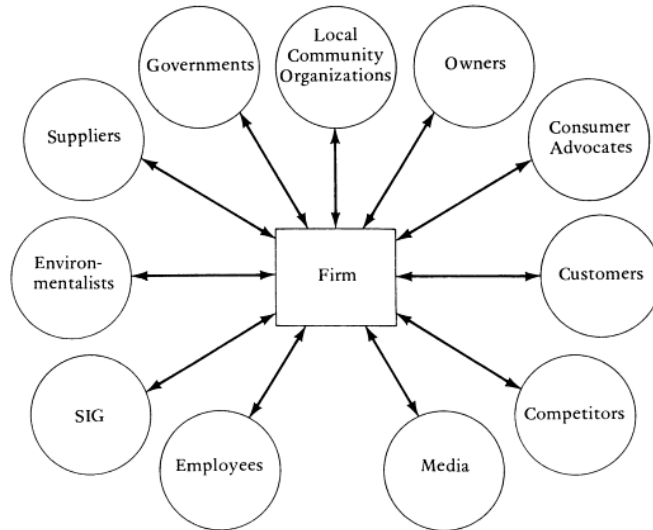
Tendo os *stakeholders* direito de estar informados sobre o impacto que as atividades desenvolvidas pela empresa têm sobre eles (Deegan 2000), é atribuída à empresa uma responsabilidade que vai muito além dos aspetos económicos e financeiros, passa também assim a ser divulgado voluntariamente aspetos sociais (Guthrie *et al.* 2004).

Segundo Freeman e McVea (2001) e Hill e Jones (1992), a definição de *stakeholders* compreende qualquer indivíduo ou grupo que esteja diretamente ou indiretamente afetado ou a afetar o desempenho da empresa. Freeman (1984) subdividiu em dois grupos os *stakeholders*, classificando como primários os acionistas e credores, sendo estes os que possuem direitos legais sobre os recursos organizacionais; e os secundários como sendo clientes, fornecedores, colaboradores, gestores, comunidade local, público e organizações em geral, sendo este grupo aquele cujo direito sobre os recursos organizacionais não é considerado um direito legal e/ou é baseado em critérios de lealdade e obrigações éticas.

Deegan (2002) e Gray *et al.* (1996) distinguem dois ramos dentro da teoria dos *stakeholders*. Por um lado, o ramo normativo ou ético, onde as empresas devem ter como princípio a divulgação de Responsabilidade Social e Ambiental a todos os *stakeholders* e,

por outro lado, o ramo diretivo ou positivo, que permite explicar como a divulgação de informação social e ambiental se torna uma forma de gerir a relação entre empresas e os *stakeholders*.

FIGURA 3: TEORIA DOS *STAKEHOLDERS*



Fonte: Freeman (1984)

A Figura 3 mostra a organização como figura central, em que esta é influenciada pelos mais diversos *stakeholders*. Neste contexto, Freeman (1984) mostra-nos que uma organização apenas se torna autossuficiente quando, em interação com o meio ambiente externo composto pelos diversos grupos externos que influencia, é igualmente influenciada por eles.

Teoria da Agência

A teoria da agência, segundo Jensen e Meckling (1976), é explicada pelo surgimento de um problema que tem como origem a separação da propriedade da empresa da gestão desta. O proprietário (principal), mediante contrato, delega sobre outra pessoa (agente) o poder de realizar determinado trabalho, onde por vezes não é possível chegar a um “ponto de equilíbrio” (Eisenhardt 1988), provocando “custos de agência”. Os problemas de agência decorrem de conflitos de interesses, muitas vezes provocados pela assimetria de informação entre principal e agente, podendo estes ter visões diferentes sobre determinada informação (Jensen e Meckling, 1976). Esta teoria influencia o nível de divulgação da RSE na medida em que a divulgação de informação voluntária deve ser dotada de instrumentos

independentes, como sendo os relatórios contabilísticos e de sustentabilidade, a fim de se obter uma imagem verdadeira da entidade que se está a analisar (Lopes e Rodrigues 2007).

Teoria da Sinalização

A teoria da sinalização, segundo Holthausen e Leftwich (1983), citados por Silva *et al.* (2015), “permite a divulgação de sinais para o mercado de capitais, visando fornecer informações relevantes acerca da empresa, como por exemplo aquelas que tendem a induzir os investidores a formularem expectativas sobre o futuro da organização”.

Esta teoria pressupõe que se advenha uma vantagem competitiva ao divulgar-se a informação. Ross (1977), citado por Lopes e Rodrigues (2007), refere que a existência de assimetria de informação pode resultar benéficamente, permitindo “sinais para o mercado”.

Teoria Institucional

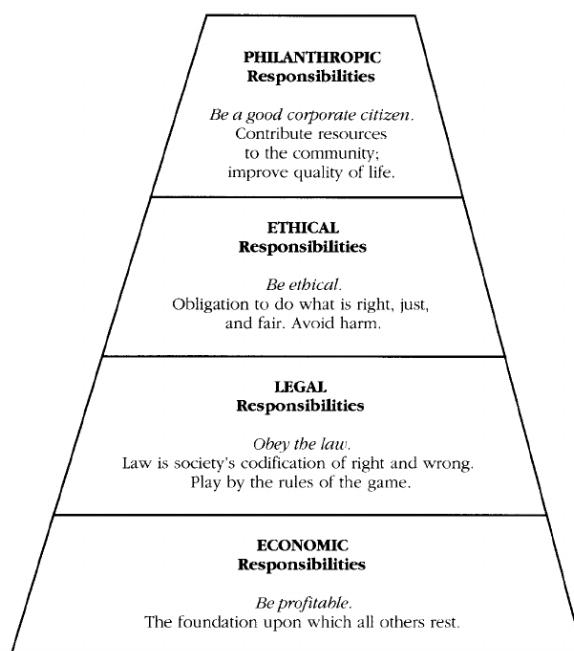
A teoria institucional está intimamente relacionada com o conceito “isomorfismo”, que, segundo Major e Ribeiro (2008), se trata da “imitação de práticas aceites socialmente como legítimas”, ou seja, são práticas que foram desenvolvidas e aprovadas por outras entidades, “percecionadas como conduzindo ao sucesso”. Também Rossetto e Rossetto (2005) referem que o “isomorfismo pressupõe que as entidades respondam de maneira similar a outras entidades que estão de alguma forma ajustadas ao ambiente”. Oliveira *et al.* (2012) referem-se à elevada concorrência empresarial que leva as empresas a adotarem cada vez mais práticas padronizadas num determinado sector de atividade.

Segundo Meyer e Rowan (1977), citados por Amorim (2010), a teoria institucional “tenta explicar os acontecimentos organizacionais, de forma a compreender o como e o porquê das estruturas e processos organizacionais e das consequências dos resultados obtidos”.

Lopes e Rodrigues (2007), citados por Canilho (2012), afirmam que “empresas de maior dimensão têm um maior nível expetável de divulgação do que empresas de menor dimensão”, uma vez que a sociedade exerce sobre elas um nível maior de pressão.

Carroll (1979, 1991, 1999) defende que a responsabilidade social empresarial de um negócio envolve quatro tipos de responsabilidades (económicas, legais, éticas e filantrópicas), representadas na pirâmide abaixo (Figura 4).

FIGURA 4: THE PYRAMID OF CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY



Fonte: Carroll (1991)

As responsabilidades económicas, situadas na base da pirâmide, representam as atividades que têm um impacto económico na empresa, sendo a razão de ser das empresas a criação de lucros. A empresa deverá produzir bens e serviços para serem vendidos de forma lucrativa, garantindo a continuidade das atividades da empresa. As responsabilidades legais englobam todos os comportamentos que uma empresa deve adotar de forma a cumprir as normas e leis, atendendo às metas económicas. As responsabilidades éticas representam os comportamentos éticos e o respeito por normas e códigos de conduta, devendo prevalecer a integridade, justiça e imparcialidade nas organizações. E, por fim, as responsabilidades filantrópicas ou discricionárias representam ações voluntárias levadas a cabo pelas empresas em resposta às expectativas que a sociedade deposita nelas, como por exemplo melhorar a qualidade de vida da população, doar a instituições de caridade e contribuir para projetos comunitários ou outros similares que não ofereçam retornos para a empresa. Apesar do autor apresentar as responsabilidades em forma de pirâmide, este defende que as empresas não devem olhar cada responsabilidade de forma individualizada e sequencial, mas sim como um todo, cumprindo as quatro responsabilidades em simultâneo.

Carroll e Shabana (2010) definem como responsabilidades “obrigatórias” as responsabilidades económicas e legais, como responsabilidades “desejadas” as responsabilidades éticas e como responsabilidades “desejadas” as responsabilidades filantrópicas.

De acordo com Schwartz e Carroll (2003), este modelo apresenta limitações como (1) a configuração da pirâmide sugere a hierarquização das responsabilidades, ou seja, dá impressão que as responsabilidades económicas são mais importantes que todas as outras, (2) a pirâmide não evidencia as sobreposições entre domínios, bem como as influências entre eles, (3) as responsabilidades filantrópicas podem ser enquadradas no âmbito das responsabilidades económicas e/ou das responsabilidades éticas, persistindo esta confusão entre o plano de princípios e o plano de ações concretas, e, por último, (4) é difícil classificar uma dada atividade empresarial como económica, legal ou ética.

Também Garriga e Melé (2004) apresentam as quatro teorias mais relevantes acerca da responsabilidade social:

- Teoria Instrumental: teoria que considera a empresa um meio para a criação de riqueza / obtenção de lucro, sendo essa a responsabilidade social empresarial assumida para proporcionar uma vantagem competitiva face aos concorrentes. Sendo assim, é proporcionada uma maximização de valor para o acionista através do aumento do desempenho financeiro e económico;
- Teoria Política: teoria que se baseia no uso responsável do poder social da empresa em contexto de ambiente político, procurando estabelecer ligações entre a empresa e a sociedade de forma cooperante;
- Teoria Integrativa: teoria que pressupõe que a empresa depende da sociedade para a sua continuidade e crescimento, sendo o contexto social fundamental para a tomada de decisões;
- Teoria Ética: teoria que defende que a responsabilidade das empresas para com a sociedade é regulada por valores éticos e sociais, sendo fulcral o desenvolvimento sustentável, os direitos universais e o bem-estar da sociedade.

Cada uma das teorias anteriormente apresentadas, por si só, não consegue expor todos os motivos que levam à divulgação de informação de carácter voluntário. Deste modo, estas devem de ser consideradas em conjunto e não individualmente, a fim de ser compreendida a razão subjacente à divulgação de informação de responsabilidade social.

De seguida, é abordada uma das principais orientações de divulgação da temática da sustentabilidade, a *Global Reporting Initiative*.

2.4. GRI- *Global Reporting Initiative*

Segundo o estudo da KPMG (2013) - *Survey of Corporate Responsibility Reporting*, em Portugal o normativo mais utilizado pelas empresas para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade baseados na RSE rege-se segundo os parâmetros do *Global Reporting Initiative* (GRI). Mais de 90% das empresas que reportam práticas de RSE utilizam o normativo GRI como suporte.

O GRI foi fundado em 1997, em Boston, nos EUA, pela *Coalition Environmentally Responsible Economics* (CERES) e pelo *Instituto Tellus*, em parceria com o Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP).

No ano de 2000, foi lançada a primeira versão das Diretrizes, “representando o primeiro quadro global de relatórios que abrangessem a sustentabilidade”, sendo a segunda versão (G2) divulgada passados dois anos.

Após o lançamento do G3 na Conferência Global, as (diretrizes) GRI começaram a expandir a sua estratégia e estrutura de relatórios através do Pacto Global das Nações Unidas em 2006.

Em 2011, foi atualizada a última versão, resultando assim o G3.1, como forma de conclusão da versão inicial. A versão mais atualizada neste momento é o G4, divulgado em 2013 na 4ª Conferência Global GRI.

O GRI consiste numa organização não-governamental internacional, cuja missão é elaborar e divulgar diretrizes para a criação de relatórios de sustentabilidade, satisfazendo a necessidade de fornecer às organizações melhor informação e rigor acerca da sua sustentabilidade a todos os *stakeholders* de forma clara e transparente a nível de aspetos de dimensão económica, ambiental e social (GRI, 2006).

Segundo as *Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade* (GRI, 2006), os relatórios de sustentabilidade podem ser utilizados para outros objetivos, além dos seguintes:

- *Benchmarking* (consiste em procurar melhores práticas para um melhor desempenho);
- Demonstração (da forma como a organização influencia e é influenciada por expectativas de desenvolvimento sustentável);
- Comparação de diferentes organizações em diferentes momentos do tempo.

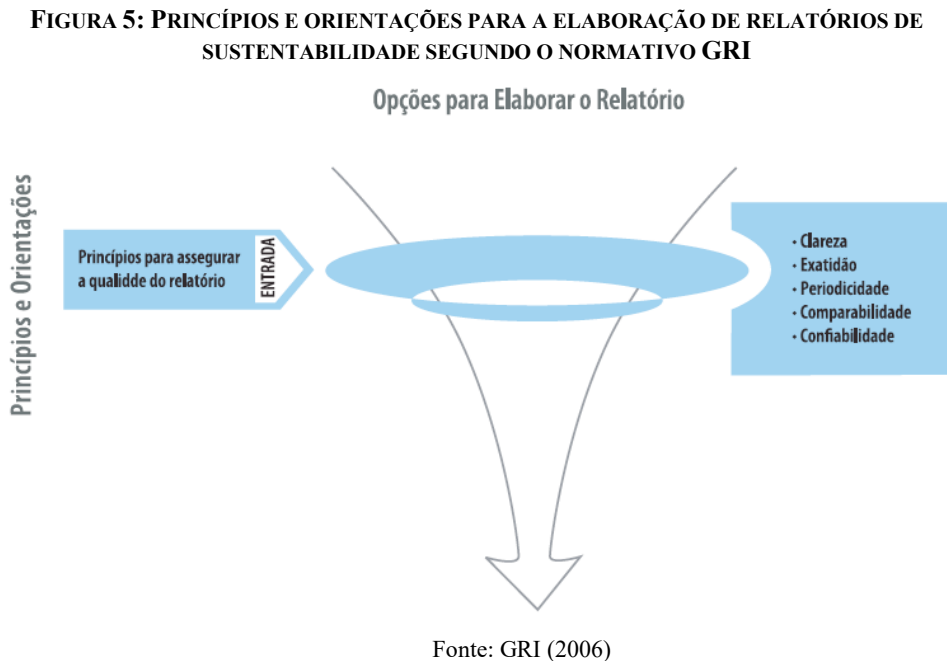
“As diretrizes consistem em princípios que definem o conteúdo do relatório e que asseguram a qualidade da informação relatada” (GRI, 2006, pág. 5). Também “visam servir como estrutura globalmente aceita para a elaboração de relatórios sobre o desempenho económico, ambiental e social de uma organização” (GRI, 2006, pág.4). Estas diretrizes podem ser utilizadas em qualquer entidade independentemente da dimensão, sector ou localização.

“A elaboração de relatórios permite uma avaliação consistente do desempenho da organização e permite uma melhoria contínua do desempenho no futuro.” (GRI, 2006, pág.7), seguindo como principais princípios:

- Princípio da Relevância / Materialidade: “os relatórios de sustentabilidade devem refletir os impactos mais relevantes da entidade ou os que de alguma forma podem influenciar significativamente as decisões das partes interessadas neste relatório, portanto, a relevância é o limiar a partir do qual determinada informação se torna importante ao ponto de ser relatada.” (GRI, 2006, pág.10).
- Princípio Inclusão dos *Stakeholders* / Partes Interessadas: “para que um relatório de sustentabilidade possa ser sujeito a verificação, o processo de envolvimento das partes interessadas deve estar documentado. Como partes interessadas podemos incluir todos aqueles que estão envolvidos na organização bem como todos aqueles que são externos à organização.” (GRI, 2006, pág. 12).
- Princípio do Contexto da Sustentabilidade: os relatórios deverão procurar formas de comunicar o “desempenho da organização no contexto mais abrangente da sustentabilidade”, sabendo o modo como esta contribui, ou pensa contribuir no futuro, “para a melhoria ou para a deterioração das condições económicas, ambientais e sociais.” (GRI, 2006, pág.13).
- Princípio da Abrangência: na elaboração dos relatórios, deve ter-se em atenção três dimensões: o âmbito que se refere ao conjunto de questões de sustentabilidade contida num relatório; o período temporal “onde as

informações selecionadas devem estar completas no período de tempo declarado pela organização relatora”; e o limite que se “refere ao desempenho do conjunto das entidades representadas no relatório” (GRI, 2006, pág.14).

A fim de se assegurar a qualidade do relatório, devem ter-se em consideração os seguintes aspetos (Figura 5):



- Equilíbrio: “o relatório deve incluir tanto resultados favoráveis quanto desfavoráveis e deve abordar questões significativas que possam influenciar as decisões das partes interessadas proporcionalmente à sua relevância.” (GRI, 2006, pág.16);
- Comparabilidade: “as partes interessadas que utilizam o relatório devem conseguir comparar as informações sobre o desempenho económico, ambiental e social com os anteriores desempenhos e objetivos da organização. A coerência, na elaboração do relatório, permite às entidades internas e externas comparar o desempenho e avaliar os progressos.” (GRI, 2006, pág.16);
- Precisão: “as informações relatadas devem ser suficientemente precisas e detalhadas para que as partes interessadas que recorrem ao relatório possam tomar decisões com um elevado grau de confiança” (GRI, 2006, pág.17);

- Periodicidade: “as informações só têm utilidade se forem integradas no processo de tomada de decisões, ou seja, se forem divulgadas atempadamente às partes interessadas” (GRI, 2006, pág.18);
- Clareza: “o relatório deve apresentar informações de forma clara, compreensível e acessível às diversas partes interessadas.” (GRI, 2006, pág.18). O uso de tabelas, gráficos e imagens deve ser frequentemente usado para que o utilizador seja capaz de captar e compreender a informação de um modo rápido e eficaz;
- Fidedignidade: “as informações e os processos utilizados na preparação do relatório devem ser recolhidos, registados, compilados, analisados e divulgados, de modo a poderem ser sujeitos a análise, o que estabelece a qualidade e relevância da informação” (GRI, 2006, pág.19).

A estrutura dos relatórios de sustentabilidade é composta por indicadores de desempenho que fornecem informações sobre os impactos económicos, ambientais e sociais da organização. Apresentam-se como “informações qualitativas ou quantitativas sobre consequências ou resultados associados à organização” (GRI, 2006; GRI, 2011), acompanhando assim a tendência da consciencialização pela sustentabilidade baseada na ideia que é possível um crescimento económico, protegendo o meio ambiente e promovendo o bem-estar social.

A divulgação de indicadores de desempenho aumenta a confiança entre a empresa e as partes interessadas na medida em que estes últimos recebem informações que lhes permitem tomar decisões que reduzam os custos e aumentem os proveitos.

Os indicadores sobre o desempenho económico do GRI respeitam aos impactos da organização sobre os resultados económicos dos seus *stakeholders* e sistemas económicos a nível local, nacional e global. A subsistência das empresas no mercado depende da capacidade de gerar lucros, sendo uma preocupação eminente a sua gestão organizacional. Este indicador encontra-se subdividido em Desempenho Económico; Presença no Mercado; Impactos Económicos Indiretos e Práticas de Compras (todos os aspetos estão presentes em simultâneo na versão G3, G3.1 e G4, à exceção do último aspeto que apenas se encontra na versão G4).

Os indicadores sobre o desempenho ambiental do GRI respeitam aos impactos da organização sobre ecossistemas, incluindo aspetos relacionados com sistemas naturais

vivos e não vivos. Estes indicadores englobam o desempenho relacionado com consumos, nomeadamente consumo de matérias primas, energia e água, poupança e regeneração de recursos materiais, reciclagem e toda a envolvente relacionada com a proteção do planeta.

Este indicador encontra-se subdividido em Matérias; Energia; Água; Biodiversidade; Emissões, Efluentes e Resíduos; Produtos e Serviços; Conformidade; Transporte e Geral (todos os aspetos anteriormente mencionados estão presentes em simultâneo na versão G3, G3.1 e G4); Avaliação Ambiental de Fornecedores; Mecanismos de Queixa e Reclamações Relacionadas a Impactos Ambientais (estes últimos aspetos apenas se encontram na versão G4).

Os indicadores sobre o desempenho social do GRI respeitam aos impactos da organização sobre os sistemas sociais em que ela atua, nomeadamente proteção pelos Direitos Humanos e eliminação da desigualdade e pobreza.

Este indicador encontra-se subdividido em (1) Práticas Laborais, que englobam os seguintes aspetos: Emprego; Relações entre Funcionários e Administração; Segurança e Saúde no trabalho; Formação e Educação e Diversidade e Igualdade de Oportunidades (todos os aspetos anteriormente mencionados estão presentes em simultâneo na versão G3, G3.1 e G4); Igualdade de remuneração entre Mulheres e Homens; Avaliação de Fornecedores em Práticas Laborais e Mecanismos de Queixa e Reclamações relacionadas a práticas laborais (estes últimos aspetos apenas se encontram na versão G4); (2) Direitos Humanos, que engloba os seguintes aspetos: Práticas de Investimento e de Aquisição; Não Discriminação; Liberdade de Associação e Acordo de Negociação Coletiva; Trabalho Infantil; Trabalho Forçado e Escravo; Práticas de Segurança; e Direitos dos Povos Indígenas (presentes em simultâneo na versão G3, G3.1 e G4); Avaliação; Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos e Mecanismos de Queixa e Reclamações relacionadas a Direitos Humanos (apenas se encontram na versão G4); (3) Sociedade, que engloba os seguintes aspetos: Comunidade; Corrupção; Políticas Públicas; Concorrência Desleal e Conformidade (presentes em simultâneo na versão G3, G3.1 e G4); Avaliação de Fornecedores em impactos na Sociedade e Mecanismos de Queixa e Reclamações Relacionadas a Impactos na Sociedade (apenas se encontram na versão G4). Por fim, (4) Responsabilidade pelo produto, que engloba os seguintes aspetos: Saúde e Segurança do Cliente; Rotulagem de Produto e Serviços; Comunicações de Marketing; Privacidade do Cliente e Conformidade (presentes em simultâneo na versão G3, G3.1 e G4)

2.4.1. Principais mudanças GRI 3 para GRI 4

As mudanças entre os normativos GRI3 e GRI4 são diversas. As principais alterações verificadas entre os dois normativos apresentam-se de forma resumida nas tabelas abaixo (Tabela 1 a Tabela 6).

Segundo KPMG (2014a), o normativo GRI4 tem como foco central o aumento da materialidade nos relatórios, afirmando que “as empresas devem-se centrar nos temas com maior importância para elas, levando assim a que os relatórios se tornem mais focados e concisos”. O aumento da materialidade nos relatórios de sustentabilidade leva a que os *stakeholders* da organização vejam a informação com maior relevância e credibilidade.

TABELA 1: NÍVEIS DE APLICAÇÃO GRI3 E GRI4

Níveis de aplicação

<i>GRI3</i>	A, B, C
<i>GRI4</i>	Core, Comprehensive

Fonte: Elaboração própria, adaptada de GRI (2006, 2011, 2013)

O nível de aplicação associado ao conteúdo do relatório no GRI3 classificado como A, B, ou C, bem como o sinal “+” na existência de verificação externa, era, segundo KPMG (2014a), muitas vezes difícil de compreender (Figura 6), sendo substituído no GRI4 apenas pelo “CORE” quando se reporta o que é essencial e “COMPREHENSIVE” quando existe uma maior abertura de divulgação de informação. Quanto à verificação externa, anteriormente representada com o sinal “+”, agora é representada numa tabela do GRI, por indicador de perfil e desempenho.

FIGURA 6: NÍVEIS DE APLICAÇÃO DO RELATÓRIO GRI3

Nível de Aplicação do Relatório		C	C+	B	B+	A	A+
Conteúdo do Relatório	Perfil da G3 RESULTADO	Responda aos itens: 1.1; 2.1 a 2.10; 3.1 a 3.8, 3.10 a 3.12; 4.1 a 4.4, 4.14 a 4.15;		Responda a todos os critérios elencados para o Nível C mais: 1.2; 3.9, 3.13; 4.5 a 4.13, 4.16 a 4.17		O mesmo exigido para o Nível B	
	Informações sobre a Forma de Gestão da G3 RESULTADO	Não Exigido	Com Verificação Externa	Informações sobre a Forma de Gestão para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa	Forma de Gestão divulgada para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa
	Indicadores de Desempenho da G3 & Indicadores de Desempenho do Suplemento Setorial RESULTADO	Responda a um mínimo de 10 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: Social, Econômico e Ambiental.		Responda a um mínimo de 20 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: Econômico, Ambiental, Direitos Humanos, Práticas Trabalhistas, Sociedade, Responsabilidade pelo Produto		Responda a cada Indicador essencial da G3 e do Suplemento Setorial* com a devida consideração ao Princípio da Materialidade de uma das seguintes formas: (a) respondendo ao Indicador ou (b) explicando o motivo da omissão.	

* Suplemento Setorial em sua versão final

Fonte: GRI (2006)

O nível de aplicação “C” aplica-se quando uma empresa informa plenamente no mínimo dez indicadores de desempenho, sejam eles essenciais ou adicionais, incluindo pelo menos um indicador de cada dimensão (económica, ambiental e social). Não é exigida a apresentação do relatório sobre as divulgações das abordagens de Gestão. O nível de aplicação “B” aplica-se quando uma empresa informa plenamente no mínimo vinte indicadores de desempenho, sejam eles essenciais ou adicionais, incluindo pelo menos um indicador de cada dimensão (económica, ambiental e social). É exigida a apresentação do relatório sobre as divulgações das abordagens de Gestão. O nível de aplicação “A” aplica-se quando uma empresa informa sobre todos os principais indicadores de desempenho. É exigida a apresentação do relatório sobre as divulgações das abordagens de Gestão (GRI, 2006).

TABELA 2: INDICADORES DE PERFIL GRI3, GRI3.1 E GRI4

Indicadores de Perfil

<i>GRI3</i>	42
<i>GRI3.1</i>	52
<i>GRI4</i>	52

Fonte: Elaboração própria, adaptada de GRI (2006, 2011, 2013)

TABELA 3: INDICADORES DE DESEMPENHO

Indicadores de Desempenho

<i>GRI3</i>	79
<i>GRI3.1</i>	89
<i>GRI4</i>	91

Fonte: Elaboração própria, adaptada de GRI (2006, 2011, 2013)

O número de indicadores de perfil e de indicadores de desempenho, de 2006 para 2013, cresceram substancialmente de forma a dar resposta a todo o tipo de empresas que tenham como objetivo a divulgação de práticas de sustentabilidade.

TABELA 4: DESEMPENHO ECONÓMICO

Desempenho Económico

<i>GRI3</i>	9
<i>GRI3.1</i>	9
<i>GRI4</i>	9

Fonte: Elaboração própria, adaptada de GRI (2006, 2011, 2013)

TABELA 5: DESEMPENHO AMBIENTAL

Desempenho Ambiental

<i>GRI3</i>	30
<i>GRI3.1</i>	30
<i>GRI4</i>	34

Fonte: Elaboração própria, adaptada de GRI (2006, 2011, 2013)

TABELA 6: DESEMPENHO SOCIAL

Desempenho Social

<i>GRI3</i>	40
<i>GRI3.1</i>	45
<i>GRI4</i>	48

Fonte: Elaboração própria, adaptada de GRI (2006, 2011, 2013)

Aborda-se de seguida a importância da medição do desempenho organizacional.

2.5. Medição do desempenho

Atualmente as empresas enfrentam um conjunto de desafios, nomeadamente a nível de competitividade, produtividade e concorrência, o que irá influenciar o seu posicionamento organizacional, sendo fundamental que as mesmas tenham ferramentas adequadas de análise e monitorização do seu desempenho (Ferraz, 2012).

A medição do desempenho pode ser verificada quer por indicadores financeiros ou indicadores não-financeiros (Morissette, 1997). Trata-se, segundo Carvalho *et al.* (2008), de um processo decisório na tomada de decisões de uma empresa.

A informação tempestiva deve ser tratada e processada para que os *stakeholders* possam tirar conclusões com base em informação que é próxima da realidade. Rummler e Brache (1994), citados no estudo de Carvalho *et al.* (2008) e Macedo-Soares e Ratton (1999), afirmam que existe uma relação negativa da performance das empresas quando não

existe a mensuração do seu desempenho global adequado às suas estratégias. A falta ou uma deficiente medição do desempenho pode conduzir os gestores a tomarem decisões erradas, prejudicando a empresa.

Para Resende (n.d.), a medição do desempenho deve ser um processo contínuo nas rotinas de uma entidade. Quando uma meta fixada pela empresa for atingida, os gestores devem fixar novos objetivos para assim atingir níveis de desempenho mais elevados.

Vários autores como Juran (1992), citado por Resende (n.d.) e Kaplan e Norton (1997), referem que uma empresa que não efetua a mensuração do desempenho não pode controlar e, uma vez que não controla, não pode gerir ou prever planos futuros. A avaliação do desempenho torna-se assim um elemento crucial para alcançar a estratégia da empresa. Neste sentido, um gestor deve implementar instrumentos de medição, nos quais seja possível conhecer os resultados passados e projetar cenários futuros, para assim tomar decisões com base em dados, processos e atividades desenvolvidas no seio de uma empresa, quer os dados sejam recolhidos interna ou externamente.

Sem a avaliação do desempenho, uma entidade não consegue fazer o controlo da atividade, nem uma comparação quer no tempo (ao longo dos anos) quer no espaço (comparar com empresas do mesmo sector de atividade). Torna-se assim difícil fazer uma prospeção de redução de gastos ou saber onde e quando investir.

Segundo FPNQ (1994), citado por Resende (n.d.), um “indicador de desempenho é uma relação matemática que mede, numericamente, atributos de um processo ou de seus resultados, com o objetivo de comparar esta medida com metas numéricas pré-estabelecidas”.

Para Carreira e Palma (2011), as organizações que elaboram relatórios de desempenho fazem-no não só para dar a conhecer os indicadores económicos, ambientais e sociais aos seus *stakeholders*, como também para definirem estratégias de gestão assentes na sustentabilidade.

A medição do desempenho “permite a compreensão de conceitos, objetivos e estratégias em todos os níveis de uma organização” (Hronec, 1994, citado por Carvalho *et al.*, 2008).

Através da medição do desempenho, as informações recolhidas são convertidas em indicadores que possibilitam, a todos os intervenientes da entidade, a tomada de decisões úteis. Produzir informação fidedigna contribui para a boa gestão, impele a empresa a ser

competitiva, “com estrutura para oferecer produtos e/ou serviços, satisfazendo as necessidades do mercado”, e identifica prováveis desvios / problemas, conforme Fernandes (2004).

Especificamente no que diz respeito à medição do desempenho da RSE, diversos autores, tais como AECA (2006), Turker (2009) e Ferraz (2012), indicam uma generalidade de ferramentas que permitem estudar este tipo de comportamento organizacional, nomeadamente a utilização de índices de sustentabilidade. Traduzem um conjunto de comportamentos organizacionais em relação a práticas, económicas, sociais e ambientais.

Este tipo de indicadores são úteis na medida em que permitem analisar a relação existente entre as opções sociais da organização e a sua performance, nomeadamente a financeira (Comissão das Comunidades Europeias, 2001a, 2001b).

De seguida, abordaremos os diferentes mecanismos de divulgação do desempenho organizacional, ou seja, os relatórios de sustentabilidade e os relatórios financeiros, procurando realizar uma análise e comparação dos mesmos.

2.6. Relatórios de Sustentabilidade vs Relatórios Financeiros

O normativo contabilístico aplicável em Portugal, em vigor desde 1 de janeiro de 2010, pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC), cuja conceção assenta nas normas IAS/IFRS, apresenta um conjunto de normas contabilísticas possíveis de se enquadrar no tema da sustentabilidade, como sejam a NCRF21- Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e a NCRF26- Matérias Ambientais:

- NCRF21: “O objetivo desta Norma Contabilística e de Relato Financeiro é o de prescrever critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas às demonstrações financeiras de modo a permitir aos utentes compreender a sua natureza, tempestividade e quantia.” (SNC- NCRF 21, §1).

Esta norma de relato financeiro obriga as entidades a relatar provisões, como sejam acontecimentos que se esperam negativos, como forma de antecipar perdas futuras. Neste contexto, uma entidade à data do balanço deve criar uma reserva com o objetivo de reconhecer responsabilidades cuja natureza está definida, bem como a ocorrência ser provável ou certa e o valor ou data da ocorrência esteja ainda indefinidos.

- NCRF26: “O objetivo desta Norma Contabilística e de Relato Financeiro é o de prescrever os critérios para o reconhecimento, mensuração e divulgação relativos aos dispêndios de carácter ambiental, aos passivos e riscos ambientais e aos ativos com eles relacionados resultantes de transações e acontecimentos que afetem, ou sejam suscetíveis de afetar, a posição financeira e os resultados da entidade relatada.” (SNC- NCRF 26, §1).

Esta norma de relato financeiro descreve o tipo de informação ambiental que uma entidade deve divulgar, na medida que afeta a posição financeira.

Para divulgar informação financeira através dos suportes contabilísticos (Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração de Fluxos de Caixa, Demonstração das Alterações no Capital Próprio e Anexo) que transpareça uma imagem verdadeira e apropriada, para a tomada de decisões úteis aos utilizadores da informação, a entidade deve seguir um conjunto de princípios contabilísticos geralmente aceites (PCGA).

O n.º 1 do art.º 65 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) enuncia que “Os membros da administração devem elaborar e submeter aos órgãos competentes da sociedade o relatório da gestão, as contas do exercício e os demais documentos de prestação de contas previstos na lei, relativos a cada ano civil.”.

Apresentados nos três primeiros meses de cada ano civil, os relatórios financeiros, ao contrário dos relatórios de sustentabilidade, têm carácter obrigatório. Os relatórios de sustentabilidade, segundo González (2001), vêm dar resposta aos novos utentes da informação que procuram mais do que a informação contida nos relatórios financeiros.

Segundo KPMG (2014b), o relatório de sustentabilidade “é uma ferramenta essencial para a gestão de negócios e não deve ser produzido simplesmente para amenizar potenciais críticas e destacar as boas ações de uma empresa”, sendo também referido que “Deve ser o meio pelo qual uma empresa coleta e analisa dados que são determinantes no seu processo de geração de valor e de adaptação a mudanças ambientais e sociais no longo prazo.”

MacLean e Gottfrid (2000) apresentam um quadro com as diversas diferenças entre os dois referidos relatórios (Tabela 7).

TABELA 7: DIFERENÇAS ENTRE OS RELATÓRIOS FINANCEIROS E RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

	Relatório Financeiro	Relatório de Sustentabilidade
Utilizadores	Investidores e credores	Múltiplos <i>stakeholders</i> , Interno e Externo
Processo	Fase já implementada, padronizado	Fase de evolução, sem modelo obrigatório
Divulgação	Obrigatório	Opcional / Voluntário
Conteúdo dos dados	Métricas consistentes, fácil compreensão	Métricas inconsistentes
Formato	Estabelecido um modelo Padronizado	Em evolução com diversas <i>guidelines</i>
Verificação / auditoria	Requerida	Não é obrigatório
<i>Supervisão</i>	Administração pública	Não existe

Fonte: MacLean e Gottfrid (2000)

Apesar de existir um modelo de orientação para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade, como sendo o GRI, não existe uma uniformidade na elaboração destes que seja obrigatória e praticada por todos.

De seguida, abordaremos um conjunto de estudos relacionados com a temática da divulgação da responsabilidade social, evidenciando variáveis chave financeiras que se relacionam com esta temática.

2.7. Outros estudos

A preocupação pelo estudo da relação entre a divulgação da RSE e variáveis de âmbito financeiro já há muito que tem sido alvo de investigação por parte de diversos autores. De forma resumida, apresentamos na tabela seguinte as principais conclusões referentes ao respetivo relacionamento.

TABELA 8: PRINCIPAIS VARIÁVEIS UTILIZADAS EM ESTUDOS SOBRE A RSE

<i>Autores e Ano</i>	<i>Amostra e HT</i>	<i>Variáveis</i>	<i>Principais conclusões</i>
<i>Fombrun e Shanley (1990)</i>	292 grandes empresas dos EUA; HT: 1985	Volume de vendas	As empresas de maior dimensão têm um maior nível de divulgação de informação.
<i>Lang e Lundholm (1993)</i>	Relatórios FAF HT:1985-1989	Valor de mercado STD (stock return) Return Earning	As empresas de maior dimensão têm um maior nível de divulgação de informação; assim como, empresas que emitam valores para o mercado divulgam mais. Não existe uma relação significativa entre o nível de divulgação e o nível de desempenho.
<i>Meek et al. (1995)</i>	Relatórios anuais do MNCs (EUA, Reino Unido e Continente Europeu) HT: 1989	Total de Vendas Retur on Sales	Empresas com maior rentabilidade estão mais suscetíveis a fornecer informação de qualidade superior.
<i>Deegan e Gordon, (1996)</i>	197 empresas com relatórios AGSM HT: 1991	Volume de negócios	As empresas de maior dimensão têm um maior nível de divulgação de informação.
<i>Hackston e Milne (1996)</i>	50 maiores empresas cotadas na bolsa de valores da Nova Zelândia HT: 1998 a 1992	Dimensão da empresa <i>Return on equity</i> (ROE) <i>Return on assets</i> (ROA)	Resultados pouco conclusivos entre o relacionamento das variáveis e a divulgação de informação. A rendibilidade não afeta a divulgação da informação.
<i>Moneva e Llana (1996)</i>	47 empresas industriais cotadas na Bolsa de Madrid HT: 1992	Rendibilidade do capital <i>Cash Flow</i> por ação	Não existe uma relação direta determinante entre a informação divulgada e a rendibilidade da empresa.
<i>Griffin e Mahon (1997)</i>	Empresas da indústria química incluídas no índice KLD e no Corporate 500 Directory HT:1992	<i>Return on assets</i> (ROA) <i>Return on sales</i> (ROS) Net income Return on investment Earning per share Profit marginal	Existe uma relação positiva entre a divulgação da performance social e a performance financeira.

		Dimensão (total de vendas, número de empregados e total do capital próprio)	
<i>Waddock e Graves (1997)</i>	469 empresas pertencentes ao Standard and Poors (500) HT: 1990 e 1991	Dimensão (número de empregados, total de vendas, total do ativo) Return on equity (ROE) Return on assets (ROA) Return on sales	Existe uma relação positiva entre a RSE e a performance financeira.
<i>Adams et al. (1998)</i>	150 relatórios anuais de 6 países europeus HT: 1992	Volume de negócios	As empresas de maior dimensão têm um maior nível de divulgação de informação.
<i>Stanwick e Stanwick (1998)</i>	500 maiores empresas dos EUA pertencentes ao Environmental Protection Agency's HT: 1987 a 1992	Dimensão Desempenho financeiro Desempenho ambiental	O tamanho da empresa afeta a divulgação da informação da RSE, assim como o desempenho financeiro e ambiental.
<i>Teoh et al. (1998)</i>	60 empresas da Singapura (consideradas as que mais afetam o ambiente) HT: 1990 a 1996	<i>Return on assets</i> (ROA) <i>Return on equity</i> (ROE) <i>Cash basis return on assets</i> (CBROA) <i>Cash basis return on equity</i> (CBROE) <i>Operating ratio</i> (OPGROA) <i>Operating ratio</i> (OPGROE) <i>Net margin</i> (NM) <i>Operating net margin</i> (OPGNM)	Existe uma relação positiva entre as variáveis e a divulgação de informação. Empresas que divulgam informação de RSE apresentam um melhor desempenho financeiro.
<i>Choi (1999)</i>	64 empresas pertencentes ao Handbook on Korean Listed Companies HT: 1997	Dimensão (Número de Colaboradores; Volume de Vendas)	Empresas inseridas num “alto perfil industrial” tendem a divulgar maior nível de RSE. O tamanho da empresa afeta a divulgação da informação. O desempenho financeiro evidencia uma posição positiva fraca.
<i>Moneva e Llena (2000)</i>	70 grandes empresas Espanholas (dos sectores que mais afetam o ambiente) HT: 1992 a 1994	Dimensão (empresas cotadas; empresas-mãe; empresas que pertencem ao setor regulamentado)	Não existe evidência significativa para afirmar que a dimensão afeta a divulgação da informação.
<i>Domench e Dallo (2001)</i>	56 empresas cotadas Espanholas que apresentam dados no CNMV	Volume de vendas Valor total do ativo Valor de capitalização das ações no mercado	Dados pouco conclusivos entre o relacionamento das variáveis com a divulgação de informação.

	HT:1995 a 1998		
<i>Archel (2003)</i>	175 empresas pertencentes a setores ambientais considerados críticos HT:1994-1998	Total do ativo	As empresas de maior dimensão e pertencentes a um setor ambiental crítico têm um maior nível de divulgação de informação.
<i>Domench (2003)</i>	62 grandes empresas Espanholas HT:1994 a 1998	Dimensão (Valor total do ativo)	Empresas com maior dimensão (sector da energia e petróleo) tendem a divulgar mais informação.
<i>Aggarwal e Simkins (2004)</i>	Empresas que pertencem simultaneamente ao Fortune500 e S&P500 HT:1993	Total do ativo Valor de Mercado	Empresas com valores de ativo, valores de mercado e rácios mais elevados têm um maior nível de divulgação de informação.
<i>Chalmers e Godfrey (2004)</i>	Empresas pertencentes ao TOP500 da Revista Business Review Weekly HT:1992 a 1996	Total do ativo Rácio de endividamento	As empresas de maior dimensão têm um melhor nível de divulgação de informação.
<i>Hassan (2004)</i>	Empresas australianas do setor da extração. HT: 1998 a 2001	Total do ativo	As empresas de maior dimensão têm um melhor nível de divulgação de informação.
<i>Bansa, (2005)</i>	Empresas Canadianas pertencentes a industrias do gás, óleo, minas ou silvicultura. HT: 1986 a 1995	Total do ativo Rendibilidade do Capital Próprio	As empresas de maior dimensão têm um maior nível de divulgação de informação. A variável Rendibilidade do Capital Próprio não está relacionada com a divulgação de informação.
<i>Fernández, et al. (2006)</i>	HT: 2000 a 2002	Volume de negócios Total do Ativo PER	O PER é uma variável que influencia positivamente o nível de divulgação de informação.
<i>Roque e Cortez (2006)</i>	35 empresas não financeiras, cotadas no mercado de cotações oficiais da Euronext Lisbon HT: 2000 a 2004	Rendibilidade das Vendas Rendibilidade do Ativo Rendibilidade do Capital	As empresas que não divulgam informação ambiental têm uma performance financeira superior as que o fazem. Quanto maior o desempenho financeiro de uma empresa, menor é a preocupação em divulgar informação social.
<i>Monteiro (2007)</i>	500 maiores empresas Portuguesas segundo a Revista Exame de Setembro 2004 HT: 2002 e 2004	Total do ativo Rendibilidade dos Capitais Próprios Cotação bolsista	As empresas de maior dimensão, empresas cotadas, certificadas e que operem em setores considerados críticos têm um maior nível de divulgação de informação. Não foi detetada uma relação entre a rendibilidade e o nível de divulgação voluntária.
<i>Lopes e Rodrigues</i>	Empresas Portuguesas	Total do ativo Total de vendas	Não existe evidência significativa para afirmar que as variáveis em estudo afetam a divulgação da informação.

<i>(2007)</i>	Cotadas HT: 2001	Rentabilidade Custos de reputação	
<i>Branco e Rodrigues (2008)</i>	Empresas Portuguesas cotadas HT:2003 e 2004	Total do ativo	As empresas de maior dimensão têm um melhor nível de divulgação de informação. A rentabilidade não aparece como um fator significativo da divulgação voluntária.
<i>Liston-Heyes e Ceton (2009)</i>	Empresas do Standard and Poor's 500 HT:2001	Dimensão Return on assets (ROA)	O tamanho da empresa afeta a divulgação da informação da RSE, assim como o desempenho financeiro.
<i>Faria (2010)</i>	53 empresas pertencentes ao World Business Council for Sustainable Development em Portugal. HT: 2008	Sector de atividade Dimensão (volume de vendas) Rentabilidade	O sector de atividade é uma variável explicativa relevante para o nível de RSE. O volume de vendas não é uma variável explicativa relevante. A rentabilidade financeira parece afetar de forma negativa o nível de RSE.
<i>Domingos (2010)</i>	Empresas cotadas na Euronext Lisboa HT: 2006 a 2008	Total do ativo Resultado líquido Setor de atividade	A rentabilidade não contribui significativamente para a divulgação voluntária de informação.
<i>Afonso et al. (2012)</i>	Índice PSI20 HT: 2005 a 2009	Rendibilidade do ativo Rendibilidade do capital próprio Rendibilidade das vendas	O desempenho socialmente responsável poderá ter uma influência positiva moderada sobre a rentabilidade das vendas. Verifica-se que a RSE está positivamente correlacionada com o desempenho económico-financeiro.

Fonte: Elaboração própria

A análise da tabela anterior permite observar uma variedade de estudos centrados na análise de variáveis financeiras, refletindo uma tendência e preocupação para o estudo destes elementos, possibilitando verificar um conjunto de influências nos níveis de divulgação da RSE, embora exista alguma divergência de opiniões sobre o efeito de determinadas variáveis.

3. Metodologia

Atendendo aos objetivos do estudo, foi desenvolvida uma investigação qualitativa e quantitativa.

De acordo com Gauthier (2003) e D'Oliveira (2005), a abordagem qualitativa é um dos métodos utilizados na investigação em ciências sociais, sendo efetuada através de uma análise de conteúdo baseada numa diversidade de fonte de dados, desde a observação da investigação, documentos analisados e ainda informação fornecida por entidades externas.

Desta forma, a recolha de dados para a elaboração do Índice de Divulgação de RSE foi feita recorrendo à análise de conteúdo dos relatórios de sustentabilidade e dos relatórios de contas das empresas estudadas.

Foi utilizada também uma metodologia quantitativa dado que, com os elementos obtidos, se constituiu uma base de dados com a qual se procedeu ao estudo e à construção de um índice. O primeiro passo para a elaboração do índice foi listar os indicadores GRI nas suas três vertentes (económica, ambiental e social), como consta nos Anexos I, II e III, a fim de classificar cada item mediante uma pontuação entre 0 e 3.

Após a construção do índice, foram recolhidos da plataforma *Datastream* os dados relevantes para testar as hipóteses de investigação através do modelo de regressão linear múltipla.

Recorreu-se ao software GRETL – *Gnu Regression and Times-Series Library* para estimar o modelo econométrico e obter os resultados que fundamentam a análise que mais adiante se efetua.

De acordo com Gauthier (2003), a análise quantitativa permite assim obter um conjunto de resultados que poderão auxiliar na validação de hipóteses previamente formuladas.

O estudo que se desenvolve combina os tipos tanto exploratório como explanatório. É exploratório pois procura conhecer melhor um determinado fenómeno em estudo através da formulação de determinadas questões, indagando e explorando assim uma determinada realidade. É explanatório, pois procura também apresentar determinadas explicações para as situações em análise, sendo estudada um conjunto de relações causa e efeito, nomeadamente através do estudo correlacional (D'Oliveira, 2005).

3.1. Fontes de informação

Para a realização deste estudo empírico, foi definido como amostra o conjunto de todas as empresas cotadas no mercado de capitais no período de 2012 a 2014, recorrendo à lista de empresas cotadas na *EuroNext Lisbon*. A amostra provém de um índice financeiro de referência, o PSIGeral, por representar as empresas com maior impacto na economia portuguesa, e por ser constituído por empresas dos diversos setores de atividade.

Tendo por base a análise de conteúdo, a recolha da informação iniciou-se com o *download* de todos os relatórios de sustentabilidade e relatórios de contas disponíveis quer no *website* corporativo da organização, quer no *site* do BCSD Portugal, das empresas selecionadas. Quando não disponíveis, foram direcionados *e-mails* a solicitar os mesmos através do correio eletrónico.

Existiu uma grande adesão à resposta *via e-mail*, sendo que esta confirmou em todos os casos “a não existência de relatório de sustentabilidade” no período em estudo.

Como base nas diretrizes GRI3, GRI3.1 e GRI4, foi construída uma tabela Excel com todos os indicadores de desempenho económico, ambiental e social, passível de ser aplicada a qualquer organização da amostra (Anexo I). Na referida tabela, a cada item foi atribuída uma pontuação entre 0 e 3 de acordo com a classificação presente na Tabela 9, tendo por base o estudo efetuado por Faria (2010). A pontuação total obtida a partir de cada item definiu-se como a variável – Índice de Divulgação de RSE, que constitui a mensuração quantitativa de cada empresa em termos de divulgação de informação.

TABELA 9: ESCALA DA PONTUAÇÃO PARA DETERMINAR O GRAU DE DIVULGAÇÃO DOS RSE

0	Não faz referência ao indicador (não o divulga).
1	Faz referência ao indicador como não aplicável, não considerado, sem valores disponíveis ou não relevante.
2	Faz referência ao indicador, com divulgação parcial no relato.
3	Faz referência ao indicador, com divulgação completa no relato.

Fonte: Adaptado de Faria (2010)

De acordo com Almeida (2001) e Pinto (2001), citados por Faria (2010) e Afonso *et al.* (2012), a elaboração de índices já foi anteriormente utilizada por vários autores, tais como Hackston e Milne (1996); Adams *et al.* (1998); Teoh *et al.* (1998); Choi (1999) e Moneva e Llena (2000). Desta forma, é possível utilizar a informação das empresas de um modo agregado através do índice.

Bardin (1977) define a análise de conteúdo como a técnica que consiste em classificar e condensar diferentes elementos de informação em várias categorias, segundo critérios suscetíveis de agrupar dados, sendo assim possível uma mais rápida e fácil consulta da informação.

A análise de conteúdo divide-se em três fases: (1) pré-análise, caracterizada pela fase da organização. Nesta fase são escolhidos os documentos que serão analisados, formulam-se as hipóteses de investigação e elaboram-se os indicadores que fundamentam a interpretação final. Trata-se de um período de intuições e de sistematização de ideias; (2) exploração do material, caracterizada pela administração sistemática das decisões tomadas. Esta fase consiste essencialmente em codificar os resultados brutos de forma a que se tornem facilmente analisáveis. Recorre-se diversas vezes a um teste piloto para validar previamente o método de análise; (3) tratamento de dados, caracterizado pela elaboração de quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos que condensam e põem em evidencia os resultados obtidos.

Também Abbott e Monsen (1979) e Frost *et al.* (2005) sugerem que a análise de conteúdo é uma técnica de obtenção de dados que consiste em codificar e classificar informação literária qualitativa em categorias de elementos que recolhem os aspetos da responsabilidade social que se querem analisar, possibilitando a comparação entre diversas dimensões.

Tendo em consideração a estratégia de investigação, foram utilizados dados secundários, da plataforma *Datastream* (adoção do *Survey* através de dados *online*), onde recolhemos os dados das diversas variáveis financeiras que compõem a amostra.

Posteriormente são testadas as hipóteses de investigação, através da regressão linear múltipla, pelo estimador dos mínimos quadrados.

3.2. Amostra e caracterização

A amostra é composta pelas empresas portuguesas cotadas na *EuroNext Lisbon*, que no período de 2012 a 2014 tenham publicado, pelo menos num dos anos, relatório de sustentabilidade com base no normativo GRI. De uma população de 56 empresas, a amostra final totaliza 15 empresas (Tabela 10).

Este estudo apenas apresenta 36 observações completas, uma vez que a Altri para o ano de 2014 ainda não publicou relatório de sustentabilidade, constando no seu *website* corporativo que a publicação será em 2016. Também a Corticeira Amorim, à data deste estudo, não tinha até então publicado o relatório de sustentabilidade de 2014. Para além destas, existem outras 7 observações em que pelo menos uma das variáveis em estudo (explicativa ou dependente) está omissa.

TABELA 10: CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA

<i>Nome da Empresa</i>	<i>Sector de atividade</i>
1- Altri	Produção de pasta de papel e gestão florestal
2- Banif	Serviços Financeiros – Bancários
3- BCP	Serviços Financeiros – Bancários
4- Corticeira Amorim	Transformação de cortiça
5- CTT	Atividades postais sujeitas a obrigações do serviço universal
6- EDP	Produção, distribuição e comercialização de energia
7- EDP Renováveis	Produção, distribuição e comercialização de energia renovável
8- Galp	Indústria de produtos petrolíferos
9- Ibersol	Grupo multimarca (hotelaria, restauração)
10- Mota Engil	Construção civil
11- Portucel	Produção e comercialização de papel
12- PT- Pharol	Telecomunicações
13- REN	Distribuição de energia elétrica
14- Sonaecom	Telecomunicação, comunicação social e informática
15- Sonae	Retalho, centros comerciais, telecomunicações e gestão de investimentos

Fonte: Elaboração própria

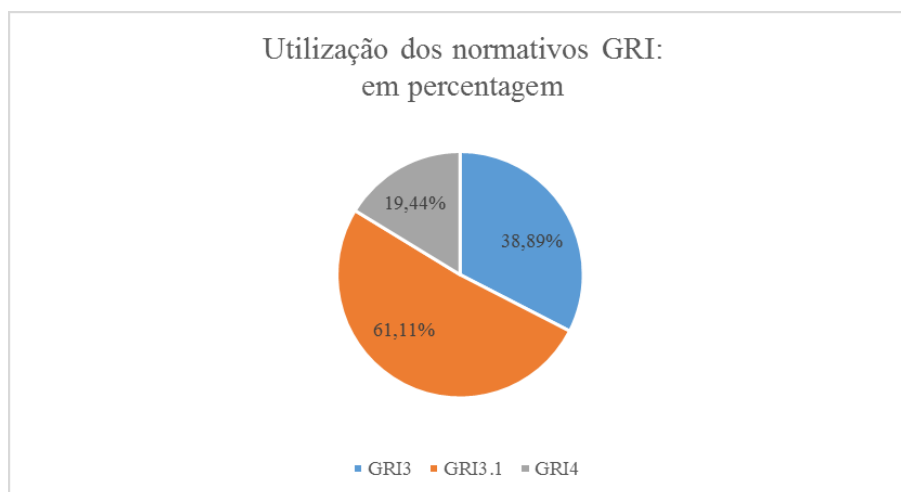
A escolha desta amostra deveu-se ao facto de serem empresas com maior impacto na economia portuguesa, representadas por diversos setores de atividade. Estas utilizam

frequentemente o mercado de capitais para obter financiamento externo e apresentam um maior poder concorrencial bem como maior visibilidade no mercado (Buzby, 1975).

Sociedades anónimas desportivas não entram na nossa amostra por terem um período de relato que não coincide com o ano civil (Dias, 2009).

Dos 40 relatórios de sustentabilidade analisados, 14 utilizam o GRI3 (38,89%), 18 utilizam o GRI3.1 (61,11%) e apenas 8 utilizam o GRI4 (19,44%), tal como evidenciado no Gráfico 1. O facto do normativo GRI4 estar em minoria deve-se a este apenas ter sido publicado em 2013, tendo as empresas um período de transição de dois anos do normativo anterior para o seguinte, tornando-se posteriormente efetivo.

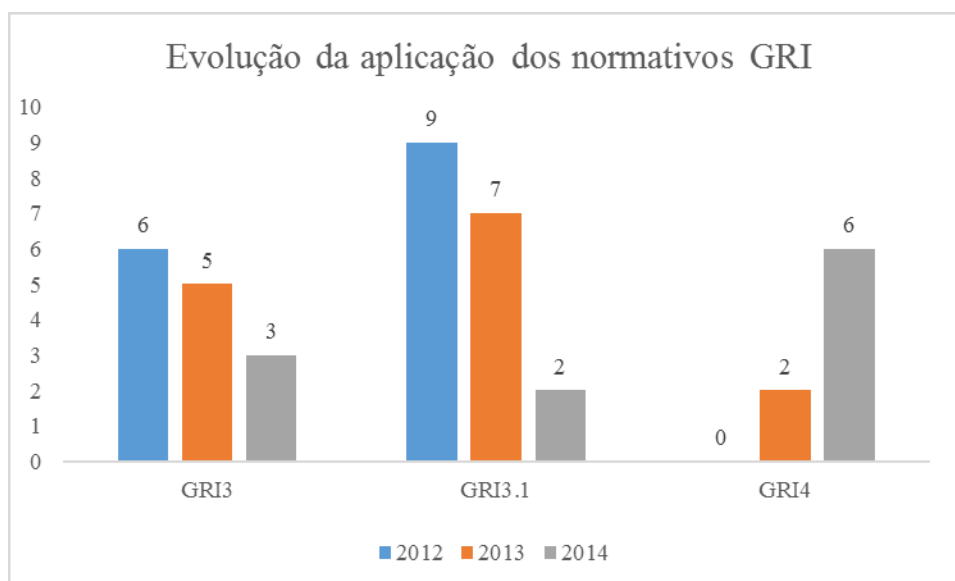
GRÁFICO 1: UTILIZAÇÃO DAS DIRETRIZES GRI ENTRE 2012 E 2014



Fonte: Elaboração própria

Por número de empresas (Gráfico 2), em 2012 seis empresas aplicaram o normativo GRI 3 e nove aplicaram o normativo GRI3.1; em 2013 cinco empresas aplicaram o normativo GRI 3, sete aplicaram o normativo GRI3.1 e duas aplicaram o GRI4. No último ano de análise, 2014, três empresas aplicaram o GRI 3, enquanto no normativos GRI3.1 duas empresas aplicam e relativamente ao GRI4 foram aplicados por seis empresas.

GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DA APLICAÇÃO DOS NORMATIVOS GRI



Fonte: Elaboração própria

3.3. Hipóteses de Investigação

Procurando ir ao encontro dos objetivos propostos, e tendo em conta a revisão da literatura efetuada, foram enunciadas quatro hipóteses de investigação. Sendo a primeira hipótese referente à dimensão, a segunda hipótese alusiva ao endividamento, a terceira hipótese relativa à rentabilidade da empresa e a quarta hipótese respeitante à valorização do mercado financeiro.

Hipótese H1: Quanto maior a dimensão da empresa, medida pelo ativo, maior o índice de divulgação de RSE.

Hipótese H2: Quanto maior o rácio de endividamento da empresa, menor o índice de divulgação de RSE.

Hipótese H3a: Quanto maior a rentabilidade da empresa, medida pelo seu resultado líquido, maior o índice de divulgação de RSE.

Hipótese H3b: Quanto maior a rentabilidade da empresa, medida pela sua rentabilidade dos capitais próprios, maior o índice de divulgação de RSE.

Hipótese H4: Quanto maior a valorização do mercado financeiro pelas ações da empresa, medida pelo seu *Price to Book Value*, maior o índice de divulgação de RSE.

3.4. Modelo econométrico e variáveis

Como já foi referido, será utilizado, para testar as hipóteses de investigação formuladas, um modelo de regressão linear múltipla.

A variável dependente é o Índice de Divulgação de RSE construída através da análise de conteúdo aos relatórios de sustentabilidade e relatórios de contas. As variáveis independentes são o Ativo, Rácio de Endividamento, Resultado Líquido, *Return on Equity* e *Price-to-Book Value*.

De modo a perceber se existe um relacionamento entre a variável dependente e as variáveis independentes, estudar-se-á o efeito de causalidade na variável dependente de cada uma das variáveis independentes, através do modelo de regressão linear múltipla. A equação do modelo considerado é a seguinte:

$$ID_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 \ln A_{i,t} + \beta_2 P_{i,t} + \beta_3 \ln RL_{i,t} + \beta_4 ROE_{i,t} + \beta_5 PBV_{i,t} + \varepsilon_{i,t}, \text{ em que:}$$

$ID_{i,t}$ – Índice de Divulgação de RSE

$A_{i,t}$ – valor do ativo (em euros)

$P_{i,t}$ – rácio de endividamento (em percentagem)

$RL_{i,t}$ – resultado líquido (em euros)

$ROE_{i,t}$ – *return on equity* (em percentagem)

$PBV_{i,t}$ – *price to book value ratio*

$\varepsilon_{i,t}$ – termo de erro

$i = 1 \dots 15$ (índice identificador da empresa)

$t = 2012, 2013, 2014$ (ano em análise)

A utilização das variáveis $A_{i,t}$, e $RL_{i,t}$ em logaritmo serviu para diminuir a dimensão lata dessas variáveis e para que os respetivos coeficientes betas sejam semi-elasticidades e, portanto, mais facilmente interpretáveis e comparáveis entre si e com os outros coeficientes do modelo. Também Madeira (2012) utilizou o ativo sob a forma de

logaritmo. A Tabela 11 apresenta um resumo relativo às estatísticas descritivas das variáveis em estudo.

TABELA 11: RESUMO DAS VARIÁVEIS EM ESTUDO

<i>Variável</i>	<i>Mínimo</i>	<i>Média</i>	<i>Máximo</i>
Ativo	217.371 (Ibersol 2013)	12.720.793,1	87.988.628 (BCP 2012)
Rácio de endividamento	5,41 (PT- Pharol2014)	63,98	95,90 (BCP 2013)
Resultado Líquido	-1.219.053 (BCP 2012)	75.848,44	1.101.943 (EDP 2014)
Return on Equity	-53.47 (Banif 2013)	3,88	30,97 (CTT 2014)
Price to Book Value	0,41 (Sonaecom 2012)	1,17	3,36 (CTT 2014)

Fonte: Elaboração própria

O fator dimensão será medido através do ativo em que “um ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros” (SNC- EC §49 alínea a).

O fator endividamento será medido através do rácio passivo/ativo (rácio de endividamento), em que “o passivo é uma obrigação presente da entidade, proveniente de acontecimentos passados, da liquidação da qual se espera que resulte um exfluxo de recursos da entidade incorporando benefícios económicos” (SNC- EC §49 alínea b).

Rácio de endividamento:

$$P = \frac{\text{passivo}}{\text{ativo}} * 100$$

O fator rendibilidade será medido através do resultado líquido em que “o resultado líquido é a denominação utilizada para designar os lucros ou os prejuízos (caso seja negativo) de uma empresa, num determinado período de tempo, geralmente o exercício económico que, em regra, coincide com o ano civil. O resultado líquido corresponde ao lucro obtido pela empresa já após a dedução dos impostos que sobre ele incidem” (IAPMEI, 2016). Por ter sido considerada em logaritmo, pelos motivos já acima indicados, surgiu a necessidade de lidar com os valores negativos de RL. O procedimento utilizado foi considerar o simétrico do logaritmo do valor absoluto do RL.

As variáveis ativo e passivo são extraídas do balanço, enquanto o resultado líquido é extraído da demonstração de resultados.

O fator rendibilidade será também medido através da rendibilidade dos capitais próprios ou *return on equity*, que permite comparar o resultado gerado num determinado período com o capital próprio utilizado, ou seja, mede a eficiência da utilização dos capitais pertencentes aos sócios ou acionistas. Este indicador é de vertente acionista, uma vez que permite medir a rendibilidade dos capitais investidos. É calculado através do quociente entre o resultado líquido e o total do capital próprio.

Rendibilidade dos Capitais Próprios /Return on Equity:

$$RCP/ROE = \frac{\text{resultado líquido}}{\text{capital próprio}} * 100$$

Finalmente, o fator valorização do mercado será medido através do rácio *Price-to-Book Value*, que permite comparar o valor de mercado com o valor contabilístico de uma entidade (capital atribuível aos acionistas), indicando o quanto a cotação está acima do valor patrimonial. É calculado através do quociente entre a capitalização bolsista e o capital próprio.

Price-to-book Value:

$$PBV = \frac{\text{capitalização bolsista}}{\text{capital próprio}}$$

O termo de erro é uma variável aleatória residual que satisfaz as condições do modelo clássico de regressão linear.

Entende-se que as variáveis explicativas escolhidas são adequadamente representativas dos principais determinantes dos índices de divulgação de RSE sugeridos na literatura, de acordo com a análise da sua utilização em diversos estudos relacionados com a temática da investigação (Moneva e Llena, 1996; Teoh *et al.*, 1998; Domench e Dallo, 2001; Archel, 2003; Chalmers e Godfrey, 2004; Bansal, 2005; Monteiro, 2007; Domingos, 2010 e Afonso *et al.*, 2012).

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

4. Resultados e discussão

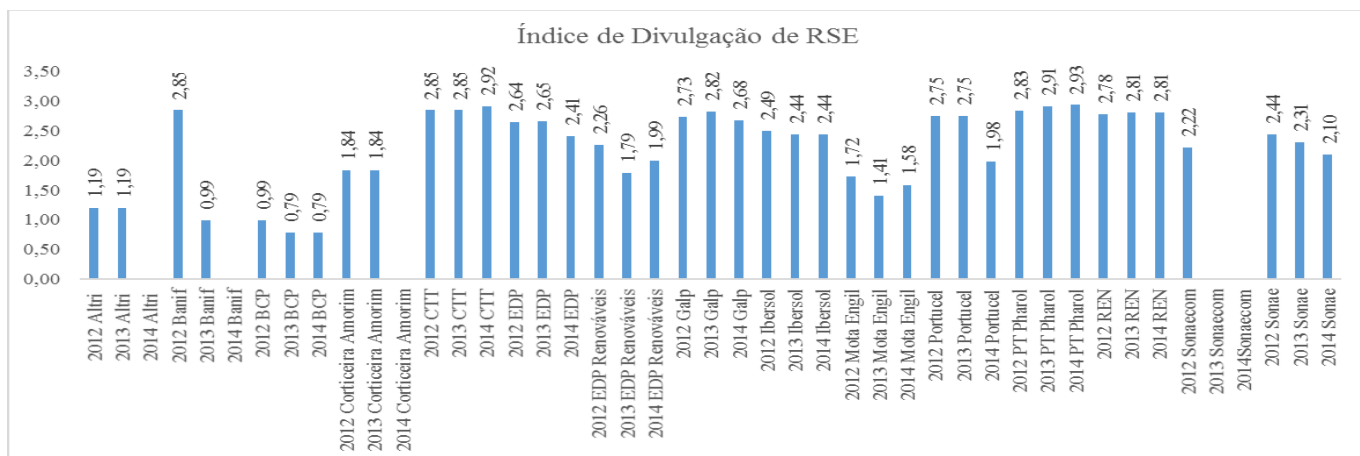
Este capítulo tem como objetivo analisar os dados que foram recolhidos dos relatórios de contas e relatórios de sustentabilidade, bem como derivar e discutir os resultados dessa análise.

Após a recolha de informação e construção do índice de divulgação de RSE, de acordo com a metodologia enunciada no capítulo Metodologia, apresentam-se, de seguida, os resultados obtidos.

O nível de Divulgação de RSE varia de empresa para empresa e de ano para ano. O gráfico abaixo exibido apresenta os índices de divulgação de cada uma das empresas, no período de análise (2012 a 2014), tendo como base o número total de indicadores constantes no *Global Reporting Initiative* (Gráfico 3).

Em termos individuais, as empresas que mais divulgaram práticas de RSE foram os CTT no ano de 2014 (normativo GRI3.1) e a PT-Pharol no ano de 2013 (normativo GRI4). A empresa que apresentou um menor nível de divulgação de RSE foi o BCP, nos anos de 2013 e 2014.

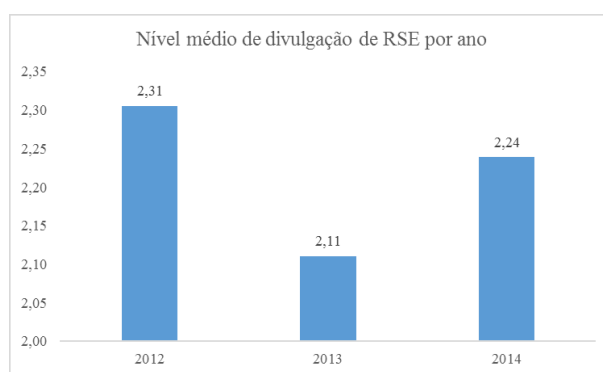
GRÁFICO 3: ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO DE RSE



Fonte: Elaboração própria

O ano com maior nível médio de divulgação de RSE nos anos em análise foi o ano de 2012 (Gráfico 4) com 2,31 valores, numa escala de 0 a 3.

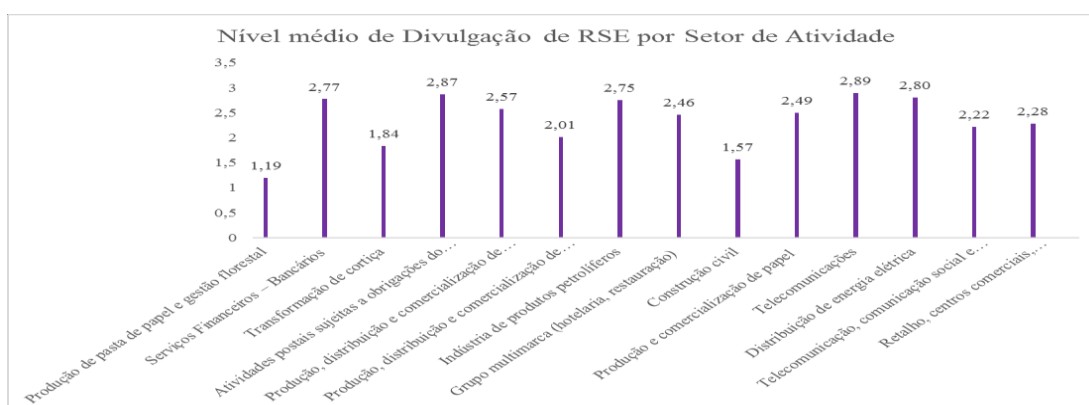
GRÁFICO 4: NÍVEL MÉDIO DE DIVULGAÇÃO DE RSE POR ANO



Fonte: Elaboração própria

A amostra deste estudo caracteriza-se por diversos setores de atividade constantes no Gráfico 5. Referente ao período deste estudo, o setor que apresenta maior nível médio de divulgação é o setor das Telecomunicações com 2,89 seguido do setor das Atividades Postais com 2,87; no reverso, encontra-se o sector da Produção de pasta de papel e gestão florestal com 1,19 seguidamente do sector da Construção Civil que apresenta um nível de divulgação, 1,57 (numa escala de 0 a 3). Tendo em consideração a teoria da legitimidade, as empresas inseridas em indústrias consideradas “críticas” tendem a divulgar uma maior quantidade de informação. Neste caso, no entanto, tal não se verificou, uma vez que o setor das Telecomunicações foi o que mais divulgou, não se tratando de um setor de atividade muito poluente/ “crítico”.

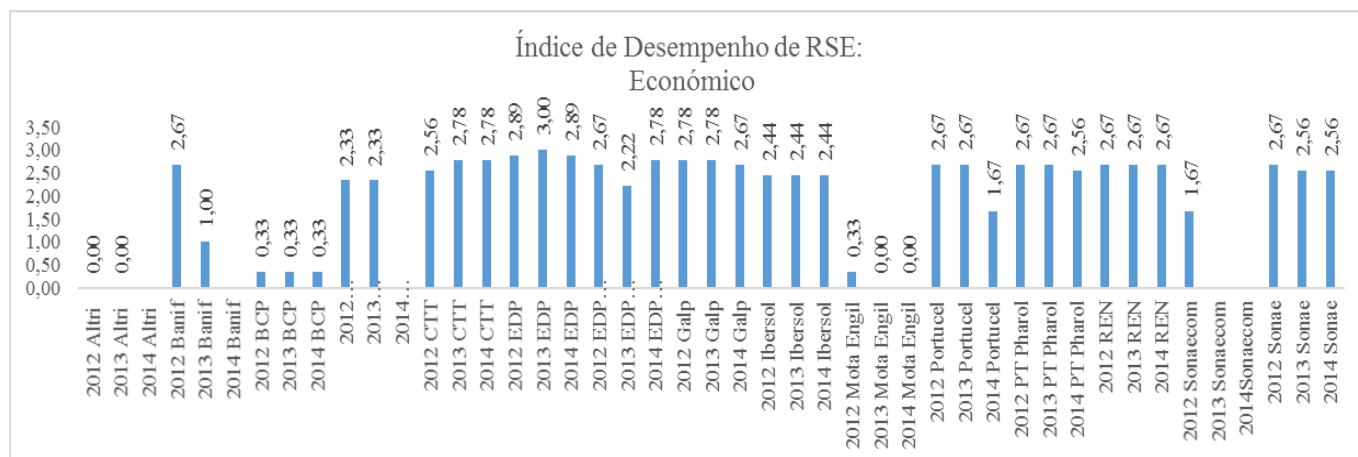
GRÁFICO 5: NÍVEL MÉDIO DE DIVULGAÇÃO DE RSE POR SETOR DE ATIVIDADE



Fonte: Elaboração própria

Analisando cada empresa durante os três anos em análise, mas agora considerando apenas a divulgação no que respeita aos Indicadores de Desempenho Económico, (Gráfico 6), a EDP no ano de 2013 foi a que divulgou um maior nível de informação económica, ao reverso da Altri nos anos de 2012 e 2013, bem como a Mota-Engil nos anos de 2013 e 2014, que não divulgaram qualquer tipo de informação de carácter económico.

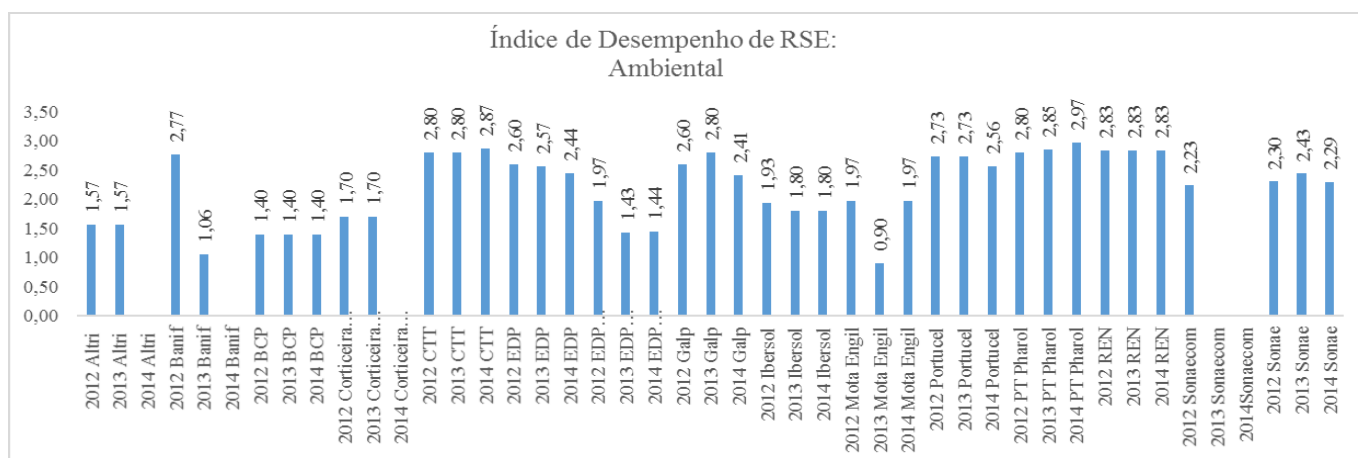
GRÁFICO 6: ÍNDICE DE DESEMPENHO DE RSE: ECONÓMICO



Fonte: Elaboração própria

Seguindo a mesma lógica do gráfico anterior, mas agora considerando os Indicadores de Desempenho Ambiental (Gráfico 7), a PT- Pharol no ano de 2014 foi a que divulgou um maior nível de informação ambiental 2,97, ao reverso da Mota- Engil que no ano de 2013 apresentou o menor nível de informação 0,90.

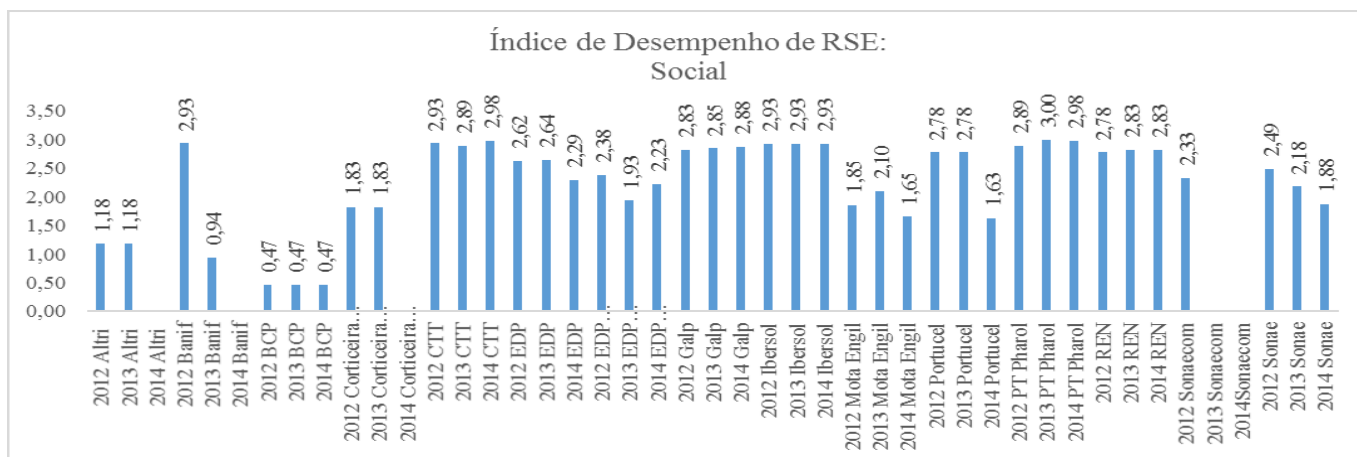
GRÁFICO 7: ÍNDICE DE DESEMPENHO DE RSE: AMBIENTAL



Fonte: Elaboração própria

Por último, para os Indicadores de Desempenho Social (Gráfico 8), a PT- Pharol no ano de 2013 foi a que divulgou um maior nível de informação social 3,00, ao reverso do BCP, que, nos anos de 2012, 2013 e 2014, apresentou o menor nível de informação 0,47.

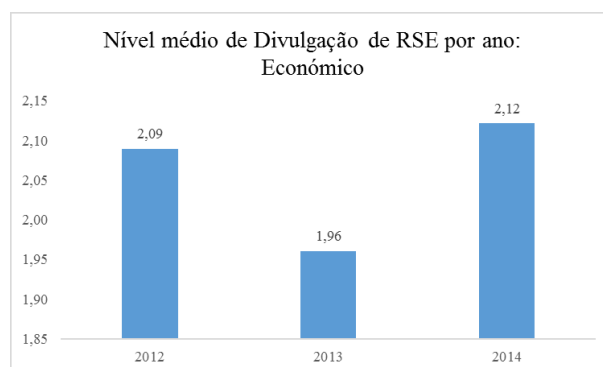
GRÁFICO 8: ÍNDICE DE DESEMPENHO DE RSE: SOCIAL



Fonte: Elaboração própria

Fazendo uma estimativa média do nível de divulgação por ano do Indicador de Divulgação Económico, os números revelam que o ano de 2014 foi o que obteve um maior nível de divulgação económica com uma média de 2,12 (Gráfico 9).

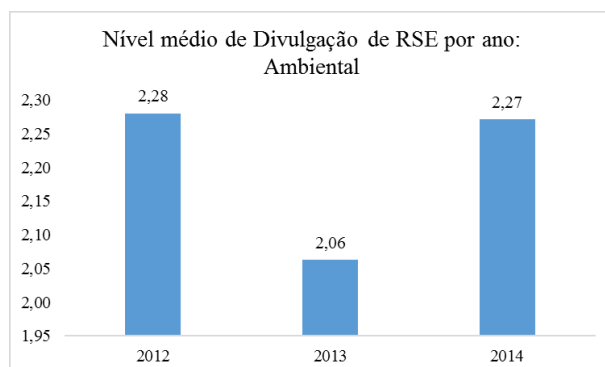
GRÁFICO 9: ÍNDICE MÉDIO DE DIVULGAÇÃO DE RSE: ECONÓMICO POR ANO



Fonte: Elaboração própria

Detalhando por ano agora o Indicador de Divulgação Ambiental, os números revelam que o ano de 2012 foi o que obteve um maior nível de divulgação ambiental com uma média de 2,28 (Gráfico 10).

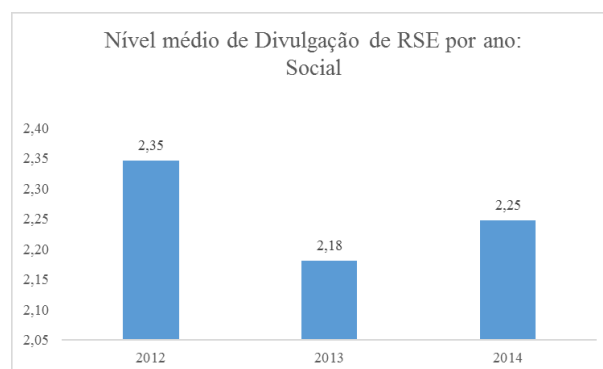
GRÁFICO 10: ÍNDICE MÉDIO DE DIVULGAÇÃO DE RSE: AMBIENTAL POR ANO



Fonte: Elaboração própria

Por fim, em relação ao Indicador de Divulgação Social, os números revelam que o ano de 2012 foi o que obteve um maior nível de divulgação social com uma média de 2,35 (Gráfico 11).

GRÁFICO 11: ÍNDICE MÉDIO DE DIVULGAÇÃO DE RSE: SOCIAL POR ANO



Fonte: Elaboração própria

Passemos agora aos testes das hipóteses de investigação formuladas no capítulo anterior. Para tal, estimou-se o modelo de regressão múltipla apresentado na secção 3.4, por Mínimos Quadrados Empilhados. Optou-se por este estimador devido essencialmente à

sua simplicidade, quando contraposto com outros estimadores para modelos de dados em painel, nomeadamente os de efeitos fixos e efeitos aleatórios. Esta opção pressupõe que as diferenças entre as empresas em termos do índice de divulgação de RSE apenas se explicam pelas suas diferenças no que respeita às variáveis explicativas consideradas no modelo e pelo termo de erro, e não por diferenças intrínsecas e exógenas entre si, invariantes no tempo. A Figura 7 apresenta o output extraído do *software* econométrico *Gretl*.

FIGURA 7: OUTPUT DA REGRESSÃO

Modelo 1: Mínimos Quadrados de amostragem ("Pooled OLS"), usando 36 observações
 Incluídas 14 unidades de secção-cruzada
 Comprimento da série temporal: mínimo 1, máximo 3
 Variável dependente: AndiceGeralquantitativo

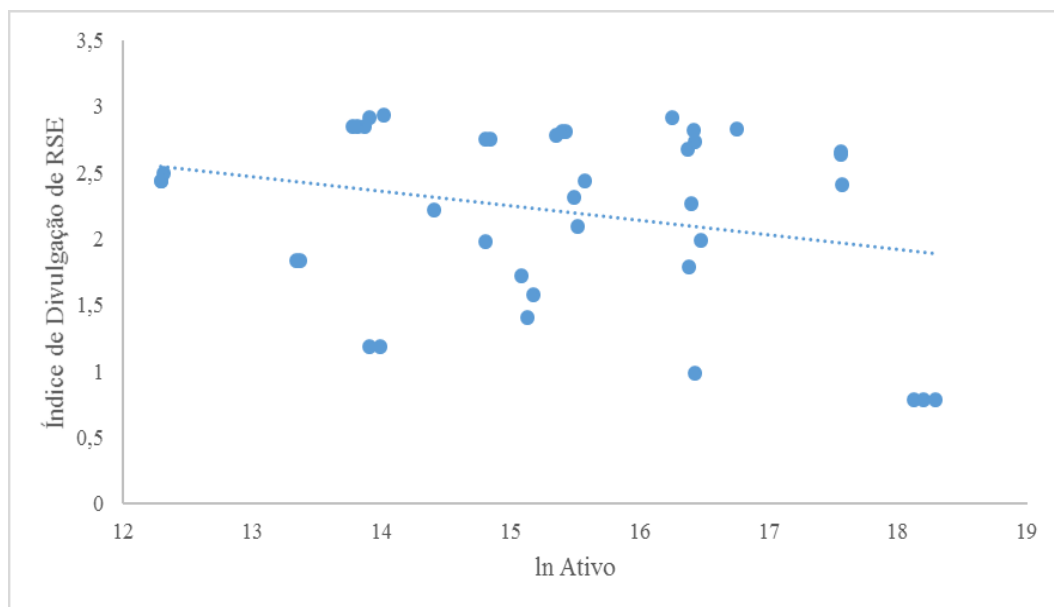
	coeficiente	erro padrão	rácio-t	valor p	
const	1,30720	0,877340	1,490	0,1467	
lnATIVO	0,0922225	0,0677007	1,362	0,1833	
P	-0,0195449	0,00544531	-3,589	0,0012	***
lnRESULTADOLIQUI~	0,0396947	0,0173972	2,282	0,0298	**
ROE	-0,00384052	0,0139320	-0,2757	0,7847	
PRICETOBOKVALUE	0,357752	0,135620	2,638	0,0131	**
Média var. dependente	2,195001	D.P. var. dependente		0,656893	
Soma resid. quadrados	6,678297	E.P. da regressão		0,471816	
R-quadrado	0,557810	R-quadrado ajustado		0,484112	
F(5, 30)	7,568841	valor P(F)		0,000107	
Log. da verosimilhança	-20,75798	Critério de Akaike		53,51596	
Critério de Schwarz	63,01707	Critério Hannan-Quinn		56,83210	
rho	0,695701	Durbin-Watson		0,538997	

Excluindo a constante, o valor p foi o maior para a variável 17 (ROE)

Fonte: *Software Gretl*

Hipótese H1: Quanto maior a dimensão da empresa, medida pelo ativo, maior o seu índice de divulgação de RSE;

GRÁFICO 12: GRÁFICO DE DISPERSÃO (LN A, ID)

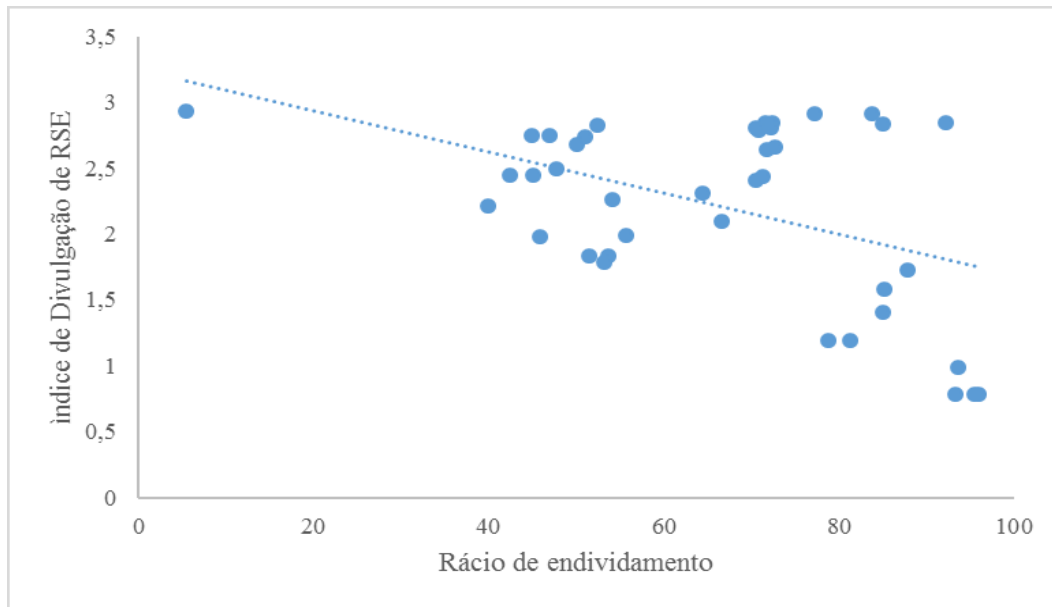


Fonte: Elaboração própria

Os resultados apresentados no output relativos à variável LnATIVO revelam um coeficiente (β_1) que não é estatisticamente significativo. Este resultado vem ao encontro dos estudos de Domench e Dallo (2001) e Lopes e Rodrigues (2007), que não encontraram resultados significativos que relacionassem a variável ativo com um maior nível de divulgação de RSE. No entanto, aponta no sentido contrário aos dos estudos de Archel (2003); Aggarwal e Simking (2004); Chalmers e Godfrey (2004); Hassan (2004); Bansal (2005); Monteiro (2007) e Branco e Rodrigues (2008), que encontraram uma relação positiva entre a variável ativo e o nível de divulgação de informação de RSE. Em suma, no caso das empresas portuguesas cotadas, não há evidência de que a dimensão influencie a quantidade de informação divulgada a nível de relato de sustentabilidade. Tal pode também ser constatado no gráfico 12, onde se representa graficamente a relação isolada (desconsiderando as outras variáveis explicativas) entre o ativo (em logaritmo) e o índice de divulgação de RSE das empresas da amostra. De facto, a linha de tendência do gráfico até é negativamente inclinada.

Hipótese H2: Quanto maior o rácio de endividamento de uma empresa, menor o seu índice de divulgação de RSE;

GRÁFICO 13: GRÁFICO DE DISPERSÃO (P, ID)



Fonte: Elaboração própria

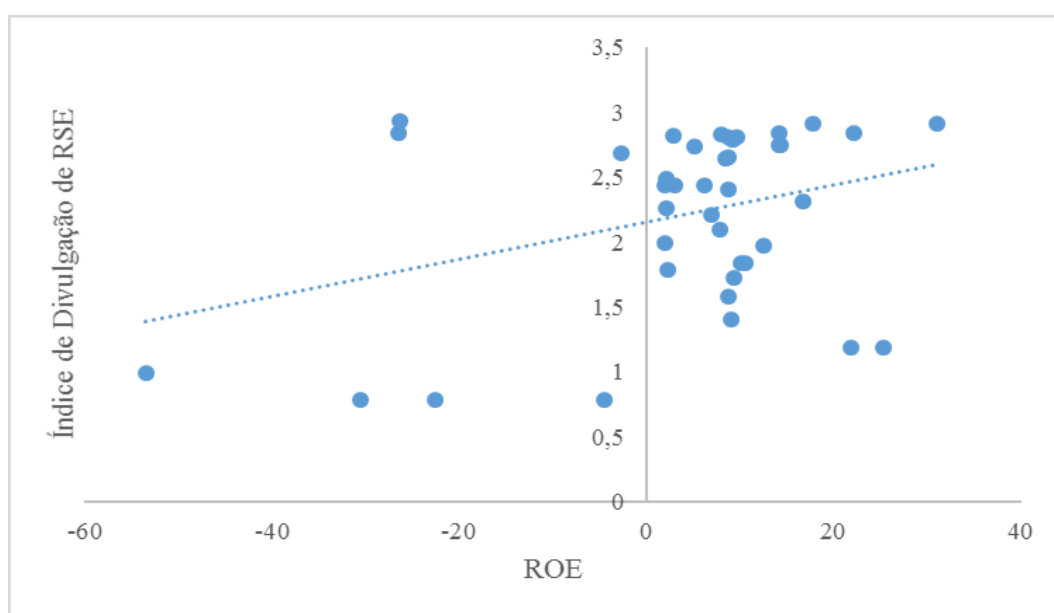
Existem poucos estudos sobre a relação entre o endividamento e o nível de divulgação de RSE. Os resultados apresentados relativamente ao coeficiente beta da variável rácio de endividamento (β_2) revelam um coeficiente negativo e estatisticamente significativo, o que valida a hipótese de que, quanto maior o rácio de endividamento, menor é a divulgação de informação. No gráfico 13, é visível a relação negativa entre o rácio de endividamento e o nível de divulgação de RSE tendo em conta as empresas da amostra.

A intuição deste resultado é relativamente óbvia. De facto, as empresas sobre endividadas têm menos recursos próprios disponíveis para investir em atividades de RSE, o que conduz naturalmente a um menor nível de divulgação.

No entanto, estes resultados são contrários aos de outros autores, como Faria (2010), que conclui que a rentabilidade financeira parece afetar de forma negativa o nível de divulgação, e Domingos (2010), que conclui que a rentabilidade não contribui significativamente para a divulgação voluntária de informação.

Hipótese H3b: Quanto maior a rentabilidade da empresa, medida pela sua rentabilidade dos capitais próprios (ROE/ RCP), maior o índice de divulgação de RSE;

GRÁFICO 15: GRÁFICO DE DISPERSÃO (RCP, ID)



Fonte: Elaboração própria

Embora o gráfico 15 sugira uma relação positiva entre a rentabilidade dos capitais próprios e o índice de divulgação de RSE, os resultados obtidos para o coeficiente β_4 não são estatisticamente significativos, pelo que a hipótese H3b não é validada. Tendo em conta os resultados da hipótese H3a, parece que apenas a parte absoluta da rentabilidade é que afeta a divulgação de informação, as taxas de rentabilidade parecem não levar atualmente as empresas portuguesas a divulgar um maior nível de informação. Com este resultado, a conclusão que se retira é que o que origina maior divulgação a nível de relato de sustentabilidade é ter mais resultado em termos absolutos (RL) e não o valor relativo ao capital próprio (RCP).

(2013), nos quais é realçada e considerada importante a valorização bolsista nos níveis de divulgação de informação das organizações.

5. Conclusão

A divulgação da responsabilidade social empresarial (RSE) por parte das organizações tem vindo a aumentar ao longo dos anos, tornando-se importante perceber as razões que motivam a sua elaboração e difusão. Diversos autores como Archel (2003); Monteiro (2007); Liston- Heyes e Ceton (2009); Faria (2010); Afonso *et al.* (2012), entre outros, consideram através dos estudos efetuados que existe um relacionamento entre diversas variáveis financeiras e económicas e a responsabilidade social empresarial, embora existam conclusões divergentes nesse sentido.

Estas divergências fazem aumentar a tendência para o surgimento de estudos que analisem e se debrucem nesta área específica. Assim, esta dissertação teve como principal objetivo estudar a influência do desempenho financeiro no relato de sustentabilidade das empresas cotadas na *EuroNext Lisbon*, no período entre 2012 a 2014, tendo como base as variáveis dimensão, o endividamento, a rendibilidade da empresa e a sua valorização do mercado financeiro. Através da construção de um índice de divulgação de RSE, foi possível aferir quais as principais variáveis de índole financeira que explicam a quantidade de informação divulgada pelas empresas a nível de relato de sustentabilidade.

A divulgação de informação sustentável é ainda um tema em evolução, não existindo qualquer tipo de obrigatoriedade por parte das organizações em divulgar relatórios de sustentabilidade.

Este estudo, através da revisão de literatura, enumerou algumas das vantagens em difundir esta informação. Por exemplo, autores como Bebbington *et al.* (2008) sugerem que as empresas publicam relatórios de sustentabilidade para ganhar/ manter a sua reputação.

Para além do até aqui exposto, neste capítulo serão apresentadas as principais conclusões da dissertação, as limitações da presente investigação e, por fim, indicadas sugestões para futuras investigações.

À luz dos resultados obtidos, o Índice de Divulgação de RSE apresentou-se com um maior nível de divulgação de modo geral no setor das Telecomunicações, sendo o sector dos Serviços Financeiros – Bancários o que menos divulga. O ano de 2012 é o ano com o

maior nível médio de divulgação, enquanto que 2013 foi o ano de menor nível de divulgação. Em 2014, os níveis de 2012 parecem ter sido restabelecidos em grande parte.

Quanto às hipóteses de investigação: valor do património (ativo) parece não ser relevante na explicação da divulgação de RSE em Portugal em empresas cotadas; o nível de endividamento de uma empresa portuguesa parece afetar de forma negativa o índice de divulgação de RSE; o resultado líquido em valor absoluto é uma variável aparentemente relevante na explicação da divulgação de RSE das empresas cotadas (com influência positiva); o RCP/ROE parece não ser relevante para a divulgação de RSE das empresas portuguesas; e, por último, a variável PVB (*Price-to-Book Value*) aparenta ser relevante na explicação da divulgação de RSE (influenciando-a positivamente).

O presente estudo acrescenta um contributo importante no contexto português uma vez que compara na mesma amostra três normativos GRI (GRI3; GRI3.1; GRI4). No entanto, apresenta também algumas limitações.

Apresentam-se agora as principais limitações deste estudo. Em primeiro lugar, foi composto por uma amostra de 15 empresas, de onde se extraíram apenas 36 observações completas. O reduzido número de empresas que compõem a amostra torna mais frágil a generalização dos resultados a todas as outras empresas.

A análise de conteúdo, apesar de ser utilizada por diversos autores como Abbott e Monsen (1979) e Frost *et al.* (2005), apresenta um grau de subjetividade elevado na elaboração do Índice de Divulgação de RSE. A codificação atribuída a cada indicador económico, social e ambiental vai muito da apreciação de cada investigador uma vez que a maioria dos indicadores são de carácter qualitativo. Para eliminar algum grau de subjetividade, seria interessante que a análise dos Relatórios de Contas e Relatórios de Sustentabilidade fosse elaborada conjuntamente com outro investigador.

O facto do estudo se referir aos anos entre 2012 e 2014 também condicionou a recolha da informação, uma vez que a Altri e a Corticeira Amorim, à data deste estudo, ainda não tinham publicado o relatório de sustentabilidade de 2014.

Outra lacuna encontrada neste estudo deve-se ao facto de numa primeira fase, com 56 empresas cotadas na *EuroNext Lisboa*, se verificar que 73,21% dessa população não apresenta relatórios de sustentabilidade. A não uniformidade nos relatórios de sustentabilidade analisados dificultam a análise tornando a informação subjetiva.

De modo a suprimir esta lacuna e perceber se realmente as empresas que não publicam relatórios de sustentabilidade têm ou não algumas práticas de sustentabilidade, tal seria possível com um estudo mais aprofundado das páginas da internet, jornais, códigos de conduta ou qualquer tipo de informação interna.

Da mesma forma, face às outras limitações enumeradas anteriormente, seria interessante aumentar tanto o período da análise, que permitiria fazer uma análise de tendências mais detalhada, como o tamanho da amostra, nomeadamente incluindo grandes empresas portuguesas que não são cotadas ou até mesmo outros mercados estrangeiros com empresas indexadas a um índice (exemplo IBEX35; CAC40; etc). Por fim, seria ainda interessante incluir outras variáveis de índole financeira ou outra, como por exemplo o volume de negócios, de forma a analisar a sua influência na divulgação da informação de responsabilidade social.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

Bibliografia

- Abbott, W. e Monsen, R. (1979) *On the measurement of corporate social responsibility: Self-reported disclosures as a method of measuring corporate social involvement*. Academy of Management Journal 22 Número 3, Pág.501-515.
- Adams, C., Hill, WY., e Roberts, C. (1998), *Corporate Social Reporting Practices in Western Europe: Legitimizing Corporate Behaviour?* British Accounting Review (1998) Volume 30, Pág.1-21.
- Afonso, S., Odete, P. e Monte, A. (2012), *Responsabilidade social empresarial das empresas cotadas pertencentes ao PSI20: análise evolutiva e relação com o desempenho económico-financeiro*.
- Aggarwal, R. e Simkins, B. (2004), *Evidence on Voluntary Disclosures of Derivatives Usage by Large US Companies*. Journal of Derivatives Accounting, Volume1, Número 1, Pág.61-81.
- Amorim, V. (2010), *Estudo da divulgação da Informação acerca da Responsabilidade Social Empresarial*, Tese de mestrado da Universidade do Minho.
- Archel, P. (2003), *La divulgación de la información social y medioambiental de la gran empresa española en el período 1994-1998: situación actual y perspectivas*. Revista Española de Financiación y Contabilidad. Volume 32, Número 117, Pág. 571-601.
- Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas, AECA (2006), *La Semántica de la Responsabilidad Social Corporativa*, Madrid.
- Bansal, P. (2005), *Evolving Sustainability: A longitudinal study of corporate sustainable development*. Strategic Management Journal 26 Número 3, Pág. 197-218.
- Bardin, L. (1977), *Análise de Conteúdo*, Edições 70 [consultado em 10-05-2016 em <<http://pt.slideshare.net/RonanTocafundo/bardin-laurence-anlise-de-contedo>>
- Barros, T. (2008), *A Divulgação de Informação sobre Responsabilidade Social nas Páginas Web das Empresas Portuguesas – Uma Análise Exploratória*, Tese de Mestrado em Contabilidade, Faculdade de Economia, Universidade do Porto, Pág. 83.
- BCSD Portugal, [consultado em 05-12-2015 em <<http://www.bcsdportugal.org/publicacoes/relatorios>>]

- Bebbington, J., Larrinaga, C. and Moneva, M. (2008), *Corporate Social Responsibility Reporting and Reputation Risk Management*. Accounting, Auditing & Accountability Journal 21, Número 3, Pág.337-361.
- Branco, M. e Rodrigues, L. (2008). *Factors influencing social responsibility disclosure by Portuguese companies*. Journal of Business Ethics, Volume 83, Pág.685-701.
- Brønn, P., e Vidaver-Cohen, D. (2009), *Corporate Motives for Social Initiative: Legitimacy, Sustainability, or the Bottom Line?* Journal of Business Ethics, Volume 87, Pág. 91–109.
- Brown, N. e Deegan, C. (1998), *The public disclosure of environmental performance information - a dual test of media agenda setting theory and legitimacy theory*, Accounting and Business Research, Volume 29, Número 1, Pág.21–41.
- Buzby, L. (1975), *Company size, Listed versus Unlisted Stocks, and the Extent of Financial Disclosure*, Journal of Accounting Research, Volume 13, Número 1, Pág. 16-37.
- Canilho, M. (2012), *Análise da divulgação ambiental das empresas cotadas no PSI20 e no IBEX35 nos anos de 2010 e 2011*, Tese de Mestrado do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa.
- Carreira, F. e Damião, A. (2013), *O Relato Ambiental nas Empresas do PSI-20*, XXIII Jornadas Hispano-Lusas de Gestión Científica: Bases para Emprender y Gestionar con Racionalidad Económica y Transparencia., Málaga, España.
- Carreira, F. e Palma, C. (2011), *Análise comparativa de uma amostra de empresas Brasileiras, Espanholas, Portuguesas e Andorra*, Revista Universo Contábil, Blumenau, Volume 8, Número 4, Pág. 140-166.
- Carroll, A. (1979), *A Three- Dimensional Conceptual Model of Corporate Performance*, University of Georgia, Academy of Management Review, Volume 4, Número 4, Pág. 497-505.
- Carroll, A. (1991), *The pyramid of Corporate social responsibility: Toward the Moral Management of Organizational Stakeholders*. Business Horizons Volume 34, Número 4, Pág. 39-48.
- Carroll, A. (1999), *Corporate social responsibility: evolution of a definitional construct*, *Business & Society*, Volume 38, Número 3, Pág. 268-295.
- Carroll, A. e Shabana, K. (2010), *The Business Case for Corporate Social Responsibility: A Review of Concepts, Research and Practice*. International Journal of Management Review, Volume 12, Número 1, Pág. 85-105.

- Carvalho, J., Pereira, J., Albuquerque, L. e Holanda, F. (2008), *Medição de desempenho empresarial: um estudo nas organizações do setor salineiro no estado do rio grande do norte*, 18º Congresso brasileiro de contabilidade
- Chalmers, K. e Godfrey, J. (2004), *Reputation Costs: The Impetus for Voluntary Derivative Financial Instruments Reporting*. *Accounting, Organizations and Society*, Volume 29, Pág. 95-125.
- Choi, J. (1999), *An investigation of initial voluntary environmental disclosures made in Korean semi-annual financial reports*. *Pacific Accounting Review*, Volume 11.
- Clarkson, P., Li, Y., Richardson, G. e Vasvari, F. (2008), *Revisiting the Relation Between Environmental Performance and Environmental Disclosure: An Empirical Analysis*, *Accounting, Organizations and Society*, Volume 33, Pág. 303-327.
- Código das Sociedades Comerciais (CSC), 28ª Edição, Almedina.
- Comissão das Comunidades Europeias (2001a), *COM(2001)0366 – Libro Verde – Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*. Bruxelas.
- Comissão das Comunidades Europeias (2001b), *COM(2001)0264 – Desenvolvimento sustentável na Europa para um mundo melhor: Estratégia da União Europeia em favor do desenvolvimento sustentável*. Bruxelas.
- D'Oliveira, T. (2005), *Recomendações para a elaboração e estruturação de trabalhos científicos*. Lisboa, Editora RH.
- Deegan, C. (2000), *Financial Accounting Theory*, Sydney: McGraw-Hill, [consultado em 21-12-2015 em <https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=jLWmAgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA161&dq=Deegan,+C.+%282000%29,+Financial+Accounting+Theory,+Sydney:+McGraw-Hill&ots=dOIoexdHBV&sig=KQ3aw-uW0nSKfGmqb56OqnTJWoA&redir_esc=y#v=onepage&q=Deegan%2C%20C.%20%282000%29%2C%20Financial%20Accounting%20Theory%2C%20Sydney%3A%20McGraw-Hill&f=false>].
- Deegan, C. (2002), *The legitimising effect of social and environmental disclosures - a theoretical foundation*, *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Volume 15, Número 3, Pág. 282-311.
- Deegan, C. e Gordon, B. (1996), *A study of environmental disclosure practices of Australian corporations*. *Accounting e Business Research*. Volume 26, Número 3, Pág. 187-199.

- Dias, A. (2009), *O relato da sustentabilidade empresarial: práticas em Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta, Dissertação de mestrado.
- Domench, A. (2003), *La divulgación de la información social y medioambiental de la gran empresa española en el período 1994-1998*. Revista Española de Financiación y Contabilidad, Pág. 571-601.
- Domench, A. e Dallo, L. (2001), *Algunos determinantes de la información medioambiental divulgada por las empresas españolas cotizadas*. Revista de Contabilidad, Volume 4, Número 7, Pág. 129-153.
- Domingos, R. (2010), *A evolução da divulgação voluntária de informação nas empresas cotadas na Euronext Lisboa do ano de 2006 a 2008*. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Dissertação de mestrado.
- Dyllick T. e Hockerts K. (2002), *Beyond the business case for corporate sustainability, Business Strategy and the Environment*, Bus. Strat.Env. Volume 11, Pág.130-141.
- Eisenhardt, K. (1988), *Agency – and Institutional – Theory Explanations: The case of retail sales compensation*, Academy of Management Journal, Volume 31, Número 3.
- Elkington, J. (1998), *Partnerships from Cannibals with forks: The Triple Bottom Line of 21st-Century Business*. Environmental Quality Management, Pág. 37-51.
- Eugénio, T. (2010), *Avanços na divulgação de Informação Social e Ambiental pelas Empresas e a Teoria da Legitimidade*, Revista Universo Contábil, FURB, Volume. 6, Número 1, Pág.102-118.
- Eugénio, T. e Gomes, S. (2013), *Verificação aos Relatórios de Sustentabilidade: Um desafio para Revisores Oficiais de Contas*, Revisores e Auditores, Pág.37.
- Faria, F. (2010), *Um Índice de Responsabilidade Social Empresarial para a Realidade Portuguesa*, Tese de Mestrado do Instituto Politécnico de Leiria.
- Fernandes, D. (2004), *Uma contribuição sobre a construção de indicadores e sua importância para a gestão empresarial*. Revista da FAE, Curitiba, Volume 7, Número 1, Pág. 1-18.
- Fernández, C., Moreno, D. e Olmeda, I. (2006), *Determinantes de la revelación de información sobre derivados financieros en el mercado español*.
- Ferraz, F. (2012), *La formación socialmente responsable y su impacto en el desempeño empresaria. Un análisis del sector turístico Portugués*, Universidade da Extremadura, Tese de Doutoramento.

- Fombrun, C. e Shanley, M. (1990), *What's in a Name Reputation Building and Corporate Strategy*, Academy of Management Journal Volume 33, Número 2, Pág. 233-258.
- Freeman, R. (1984), *Strategic management: A stakeholder approach*, University of Minnesota. [consultado em 21-12-2015 em < https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=NpmA_qEiOpkC&oi=fnd&pg=PR5&dq=Strategic+Management:+A+Stakeholder+Perspective&ots=6-ghK8M7UL&sig=F8gttZMEdJs7nmKUzblVrGeGyys&redir_esc=y#v=onepage&q=Strategic%20Management%3A%20A%20Stakeholder%20Perspective&f=false>].
- Freeman, R. (1998), *A stakeholder theory of the modern corporation*, [consultado em 21-12-2015 em < <http://businessethics.qwriting.qc.cuny.edu/files/2012/01/Freeman.pdf>>].
- Freeman, R. e McVea, J. (2001), *A stakeholder approach to strategic management*, Darden Graduate School of Business Administration, University of Virginia.
- Frost, G., Jones, S., Loftus, J. e Van Der Laan, S. (2005), *A Survey on Sustainability Reporting Practices of Australian Reporting Entities*, Australian Accounting Review, Volume 15, Número 1, Pág. 89-96.
- Gao, S. e Zhang, J. (2006), *Stakeholder engagement, social auditing and corporate sustainability*. Business Process Management Journal, Volume 12, Número 6, Pág. 722-740.
- Garriga, E. e Melé, D. (2004), *Corporate Social Responsibility Theories: Mapping the Territory*. Journal of Business Ethics, Número 53.
- Gauthier, B. (2003), *Recherche Sociale: De la problématique à la collecte des données*. Paris, Lusociência.
- González, C. (2001), *Aspectos Sociales y Políticos del Estado de Valor Añadido*, Revista de Contabilidad Volume 4, Número 8, Pág. 35-62.
- Gray, R., Owen, D. e Adams, C. (1996), *Accounting and Accountability: Changes and Challenges in Corporate and Social Reporting*, Hemel Hempstead: Prentice Hall.
- GRI (2006), - GRI 3 *Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade*. Versão Portuguesa. [consultado em 07-10-2015 em <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Portuguese-G3-Reporting-Guidelines.pdf>>].
- GRI (2011), - GRI 3.1 *Directrizes para Relato de Sustentabilidade*. Versão Portuguesa. [consultado em 07-10-2015 em <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-G3.1.pdf>>].

GRI (2013), - GRI 4 *Directrizes para Relato de Sustentabilidade*. Versão Portuguesa [consultado em 07-10-2015 em <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-G4-Part-One.pdf>>].

Griffin, J. e Mahon, J. (1997), *The Corporate Social Performance and Corporate Financial Performance Debate: Twenty-five Years of Incomparable Research*, Business and Society Volume 36, Número 1, Pág. 5-31.

Guerreiro, A. (2013), *O relato de Sustentabilidade, o técnico oficial de contas e a OTOC*, TOC Número 165, Pág.58-65.

Guthrie, J., Petty, R., Yongvanich, K. e Ricceri, F. (2004), *Using Content Analysis as a Research Method to Inquire into Intellectual Capital Reporting*, Journal of Intellectual Capital, Volume 5, Número 2.

Hackston, D. e Milne, M. (1996), *Some Determinants of Social and Environmental Disclosure in New Zealand Companies*, Accounting Auditing & Accountability Journal.

Hassan, M. (2004), *The information quality of derivate disclosures in corporate annual reports of Australian firms in the extractive industries*. Malásia: Universiti Kebangsaan Malaysia, Tese de doutoramento.

Hill, C. e Jones, T. (1992), *Stakeholder-Agency Theory*, Journal of Management Studies, Volume 29, Número 2.

Hubbard, G. (2011), *The Quality of the Sustainability Reports of Large International Companies: An Analysis*. International Journal of Management, Volume 28, Número 3, Parte 2, Pág 824-848.

IAPMEI (2016) [consultado a 09-08-2016 em < <http://www.iapmei.pt/iapmei-gls-02.php?glsid=4&letra=R>>

Jensen, C. e Meckling, H. (1976), *Theory of Firm: Managerial Behaviour, Agency Costs and Ownership Structure*, Journal of Financial Economics 32Owner-shipStructure. Journal of Financial Economics, Volume 3, Número 4, Pág.305-60.

Kaplan, S. e Norton, P. (1997), *The balanced Scorecard: Measures that Drive Performance*, Harvard Business Review.

KPMG (2005), *International Survey of Corporate Responsibility Reporting 2005*.

KPMG (2008), *International Survey of Corporate Responsibility Reporting 2008*.

KPMG (2013), *International Survey of Corporate Responsibility Reporting 2013*.

- KPMG (2014a), *Sustainability reporting: moving from GRI 3 to GRI 4*, Climate Change & Sustainability AUDIT.
- KPMG (2014b), *Vale a pena publicar um relatório de sustentabilidade?*, [consultado em 05-03-2016 em <
http://www.kpmg.com/br/pt/estudos_analises/artigosepublicacoes/paginas/release-vale-a-pena-publicar-um-relatorio-de-sustentabilidade.aspx>].
- Lang, M. e Lundholm, R. (1993), *Cross-sectional determinants of analyst ratings of corporate disclosures*, Journal of Accounting Research Volume 31, Número 2, Pág. 246-271.
- Leite, A., Albuquerque, A. e Leal, M. (2007), *Economia do Conhecimento e Empresas*, Sociedade Portuguesa de Inovação.
- Liston-Heyes, C. e Ceton, G. (2009), *An Investigation of Real Versus Perceived CSP in S&P- 500 Firm*, Journal of Business Ethics Volume 89, Pág.283-296.
- Lopes, P. e Rodrigues, L. (2007), *Accounting for financial instruments: An analysis of the determinants of disclosure in the Portuguese stock exchange*, The International Journal of Accounting, Volume 42, Pág.25 -56.
- Macedo- Soares, T. e Ratton, C. (1999), *Medição do desempenho e estratégias orientadas para o cliente: resultados de uma pesquisa de empresas líderes no Brasil*, RAE-Revista de Administração de Empresas, São Paulo Volume 9, Número 4, Pág. 46-59.
- MacLean R. e Gottfrid R. (2000), *Corporate Environmental Reports: Stuck Management Processes Hold Back Real Progress*.
- Madeira, A. (2012), *Relação entre a Responsabilidade Social, a Inovação e o Desempenho Financeiro das Empresas Cotadas na Euronext Lisboa*, Dissertação de Mestrado em Finanças Empresarias, Instituto Politecnico de Leiria.
- Major, M. e Ribeiro, J. (2008), *A Teoria Institucional na investigação na contabilidade*, Escolar Editora.
- Manetti, G. e Becatti, L. (2009), *Assurance Services for Sustainability Reports: Standards and Empirical Evidence*. Journal of Business Ethics, Volume 87, Pág. 289-298.
- Manual da Responsabilidade Social* (2011), Associação Têxtil e de Vestuário de Portugal.
- Meek, G., Roberts, C. e Gray, S. (1995), *Factors influencing voluntary annual report disclosures by US, UK and Continental Europe*. Journal of International Business Studies. Volume 26, Número 3, Pág. 555-572.

- Moneva, J. e Llena, F. (1996), *Analisis de informacion sobre responsabilidad social en las empresas industriales que cotizan en bolsa*. Revista Española de Financiacion y Contabilidad, Volume 25, Número 87, Pág.361-402.
- Moneva, J. e Llena, F. (2000), *Environmental disclosures in the annual reports of large companies in Spain*. European Accounting Review, Volume 9, Número 1, Pág. 7-29.
- Monteiro, S. (2007), *Factores explicativos do grau de divulgação ambiental em grandes empresas a operar em Portugal: análise univariada*. Instituto Politécnico do Cávado e do Ave.
- Morissete, R. (1997), *Toward a theory of information choices in organizations: an integrative approach*, University of Waterloo.
- Morrós, J. e Martínez, I. (2005). *Responsabilidad Social Corporativa*, RSC. Madrid, FC Editorial.
- Mota, G. e Dinis, A. (n.d.), *Responsabilidade Social das Empresas: Novo Modelo de Gestão para o desenvolvimento sustentável*. [consultado em 30-10-2015 em <<http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/221/1/artigo16.pdf>>].
- O'Donovan, G. (2002), *Environmental disclosures in the annual report: extending the applicability and predictive power of legitimacy theory*, Accounting, Auditing and Accountability Journal, Volume18, Número 3, Pág. 344–371.
- Oliveira, I. (2010), *Responsabilidade Social Empresarial – um estudo às práticas das 100 maiores empresas portuguesas*, Universidade Fernando Pessoa – Porto.
- Oliveira, M., Júnior, J., Oliveira, O. e Ponte, V. (2012), *Disclosure social de empresas brasileiras e britânicas à luz da Teoria Institucional*. Advances in Scientific and Applied Accounting – building theories and improving applications since 2008.
- Portal, M., Menegotto, M., Camargo, M., Pacheco, M., Ventura da Motta, M., Renner, R. e Rohn da Cruz, M. (2012), *Disclosure Social como Estrategia de Legitimación: Evidencias en el Balance Social iBase*, Volume 33, Número 11.
- Rego, A., Cunha, M., Costa, N., Gonçalves, H., e Cabral-Cardoso, C. (2007). *Gestão Ética e Socialmente Responsável: teoria e prática* (2ª ed.). Lisboa: Editora RH.
- Resende, J. (n.d.), *Modelos de Indicadores de Desempenho Empresarial, Utilidade, Usos e Usuários*.

- Rodrigues, I. (2013), *A crise e o relato de sustentabilidade no setor bancário: o caso português*, Dissertação de Mestrado Faculdade de Economia da Universidade do Porto.
- Roque, V. e Cortez, M. (2006), *A divulgação de informação ambiental e a performance financeira das Empresas Cotadas em Portugal*, Revista de Estudos Politécnicos Volume 3, Número 5-6, Pág.119-143.
- Rossetto, C. e Rossetto, A. (2005). *Teoria institucional e dependência de recursos na adaptação organizacional: uma visão complementar*, RAE-eletrônica, Volume 4, Número 1, art.º 7.
- Schwartz, M e Carroll, A. (2003), *Corporate Social Responsibility: a three-domain approach*, Business Ethics Quarterly, Volume 13, Capítulo 4, Pág. 503-530.
- Silva, M., Ribeiro, T. e Reis, C. (2012), *O consumo consciente como Fator Determinante para a Propagação da Sustentabilidade na Sociedade*, Revista de Administração da Fatea -RAF, Volume 5, Número 5, Pág. 109-124.
- Silva, P., Garcia, I., Lucena, W. e Paulo, E. (2015), *A teoria da Sinalização e a Recuperação Judicial: Um estudo nas Empresas de Capital Aberto Listadas na FM&Fbovespa*, Conferência e Controladoria no Século XXI.
- Sistema de Normalização Contabilística (SNC)*, Porto Editora, 6ª Edição ISBN:978-972-0-01983-7.
- Stanwick, P. e Stanwick, S. (1998), *The Relationship Between Corporate Social Performance, and Organizational Size, Financial Performance, and Environmental Performance: An Empirical Examination*. Journal of Business Ethics Volume 17, Pág.195-2004.
- Teoh, H., Pin, F., Wan, J., Tan T. e Yap Y. (1998), *Environmental disclosures-financial performance link: further evidence from industrialising economy perspective*. Second Asian Pacific Interdisciplinary Research in Accounting Conference (APIRA), Osaka City University.
- Turker, D. (2009), *Measuring Corporate Responsibility: A Scale Development Study*. *Journal of Business Ethics*, Volume 85, Número 4, Pág. 411-427.
- Vellani, C. e Ribeiro, M. (2009), *Sustentabilidade e Contabilidade*, Revista Contemporânea de Contabilidade, Volume 1, Número 6, Pág. 187-206.

Waddock, S. e Graves, S. (1997), *The Corporate Social Performance – Financial Performance Link*, Strategic Management Journal, Volume 18, Número 4, Pág. 303-319.

Willard, B. (2002), *The Sustainability Advantage: Seven Business Case Benefits of a Triple Bottom Line*, New Society Publishers [consultado em 10-11-2015 <https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=CN_0AgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR15&dq=The+Sustainability+Advantage:+Seven+Business+Case+Benefits+of+a+Triple+Bottom+Line,+New+Society+Publishers&ots=5Q-4Kn3QIe&sig=UMaQpOxmPkDlDD_6-4iyQeP4plc&redir_esc=y#v=onepage&q=seven&f=false>].

World Commission on Environment and Development (1987), *Our Common Future*, Oxford: Oxford University Press.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

Anexos

Anexo I – G3

	<i>Descrição Indicadores Económicos</i>	<i>Pontuação</i>
<i>EC1</i>	Valor económico direto e distribuído	
<i>EC2</i>	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização, devido às alterações climáticas.	
<i>EC3</i>	Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização.	
<i>EC4</i>	Apoio financeiro recebido do governo.	
<i>EC5</i>	Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, por género, nas unidades operacionais importantes.	
<i>EC6</i>	Políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais, em unidades operacionais importantes.	
<i>EC7</i>	Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes da comunidade local, nas unidades operacionais mais importantes.	
<i>EC8</i>	Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infraestruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público através de envolvimento comercial, em géneros ou <i>pro bono</i> .	
<i>EC9</i>	Descrição e análise dos Impactes Económicos Indiretos mais significativos, incluindo a sua extensão.	

	<i>Descrição Indicadores Ambientais</i>	<i>Pontuação</i>
<i>EN1</i>	Matérias utilizadas, por peso ou por volume.	
<i>EN2</i>	Percentagem de matérias utilizadas proveniente de reciclagem.	
<i>EN3</i>	Consumo direto de energia primária, discriminado por fonte de energia primária.	
<i>EN4</i>	Consumo indireto de energia primária, discriminado por fonte primária.	
<i>EN5</i>	Total de poupança de energia devido a melhorias na conservação e eficiência.	
<i>EN6</i>	Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis e reduções no consumo de energia em resultado dessas iniciativas.	

EN7	Iniciativas para reduzir o consumo indireto de energia e reduções alcançadas.	
EN8	Consumo total de água, por fonte.	
EN9	Recursos hídricos significativamente afetados pelo consumo de água.	
EN10	Porcentagem e volume total de água reciclada e reutilizada.	
EN11	Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas.	
EN12	Descrição dos impactes significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	
EN13	Habitats protegidos ou recuperados	
EN14	Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactes na biodiversidade.	
EN15	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas pelo nível de risco de extinção.	
EN16	Total de emissões diretas e indiretas de gases com efeito estufa, por peso.	
EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso.	
EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e as reduções obtidas.	
EN19	Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso.	
EN20	Nox, Sox e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.	
EN21	Descarga total de água, por qualidade e destino.	
EN22	Quantidade total de resíduos, por tipo e método de eliminação.	
EN23	Número e volume total de derramas significativas.	
EN24	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia – Anexos I, II, III e VIII, e percentagem de resíduos transportados por navio, a nível internacional.	
EN25	Identidade, dimensão, estatuto de proteção e valor para a biodiversidade dos recursos hídricos e respetivos habitats, afetados de forma significativa pelas descargas de água e escoamento superficial.	
EN26	Iniciativas para mitigar os impactes ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactes.	
EN27	Porcentagem de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de	

EN28	produto. Montantes envolvidos no pagamento de coimas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade das leis e regulamentos ambientais.	
EN29	Impactes ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de trabalhadores.	
EN30	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo.	

	<i>Descrição Indicadores Sociais</i>	<i>Pontuação</i>
LA1	Total de Colaboradores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região discriminados por género.	
LA2	Número e taxa de novas contratações e taxa de rotatividade de Colaboradores, por faixa etária, género e região.	
LA3	Benefícios assegurados aos funcionários a tempo inteiro que não são concedidos a funcionários temporários ou a tempo parcial nos locais de operações significativas.	
LA4	Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de contratação coletiva.	
LA5	Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação coletiva.	
LA6	Percentagem da totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde, que ajudam no acompanhamento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.	
LA7	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados ao trabalho, por região e por género.	
LA8	Programas em curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco, em curso, para garantir assistência aos trabalhadores, às suas famílias ou aos membros da comunidade afetados por doenças graves.	
LA9	Tópicos relativos a segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos.	
LA10	Média de horas de formação por ano, por colaborador, discriminadas por género e categoria funcional.	
LA11	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos colaboradores e gestão do final de carreira.	
LA12	Percentagem de colaboradores que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, por género.	
LA13	Composição dos grupos responsáveis pelo governo	

	corporativo e discriminação de colaboradores por categoria, de acordo com género, faixa etária (por género), minorias (por género) e outros indicadores de diversidade (por género).	
LA14	Proporção de salário base e remuneração entre homens e mulheres, por categoria funcional, nas unidades operacionais importantes.	
HR1	Porcentagem e número total de acordos e contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos.	
HR2	Porcentagem de fornecedores, empresas contratadas e outros parceiros de negócio que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas.	
HR3	Total de horas de formação para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspetos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de empregados que recebeu formação.	
HR4	Número total de casos de discriminação e medidas corretivas tomadas.	
HR5	Operações e fornecedores significativos identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva possa ser violada ou sujeita a um risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.	
HR6	Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil. Operações e fornecedores significativos identificados como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a efetiva abolição do trabalho infantil.	
HR7	Operações e fornecedores significativos identificados como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo.	
HR8	Porcentagem do pessoal de segurança submetido a formação nas políticas ou procedimentos da organização, relativos aos direitos humanos, e que são relevantes para as operações.	
HR9	Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas.	
SO1	Porcentagem de operações com programas locais de envolvimento na comunidade, avaliação do impacto e programas de desenvolvimento.	
SO2	Porcentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de risco de corrupção.	
SO3	Porcentagem de trabalhadores que tenham efetuado formação nas políticas e práticas de anticorrupção da organização.	
SO4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.	

<i>SO5</i>	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupos de pressão.
<i>SO6</i>	Valor total das contribuições financeiras ou em espécie a partidos políticos, políticos ou a instituições relacionadas, discriminadas por país.
<i>SO7</i>	Número total de ações judiciais por ocorrência desleal, <i>antitrust</i> e práticas de monopólio, bem como os seus resultados.
<i>SO8</i>	Montantes das coimas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos.
<i>PR1</i>	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e percentagem de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos.
<i>PR2</i>	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados com os impactes causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado.
<i>PR3</i>	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos e a percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos.
<i>PR4</i>	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados com a informação e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado.
<i>PR5</i>	Práticas relacionadas com a satisfação do Cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação.
<i>PR6</i>	Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.
<i>PR7</i>	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado.
<i>PR8</i>	Número total de reclamações comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes.
<i>PR9</i>	Valor monetário de multas (significativas) por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.

Anexo II – G3.1

	<i>Descrição Indicadores Económicos</i>	<i>Pontuação</i>
EC1	Valor económico direto e distribuído	
EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização, devido às alterações climáticas.	
EC3	Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização.	
EC4	Apoio financeiro recebido do governo.	
EC5	Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, por género, nas unidades operacionais importantes.	
EC6	Políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais, em unidades operacionais importantes.	
EC7	Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes da comunidade local, nas unidades operacionais mais importantes.	
EC8	Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infraestruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público através de envolvimento comercial, em géneros ou <i>pro bono</i> .	
EC9	Descrição e análise dos Impactes Económicos Indiretos mais significativos, incluindo a sua extensão.	

	<i>Descrição Indicadores Ambientais</i>	<i>Pontuação</i>
EN1	Matérias utilizadas, por peso ou por volume.	
EN2	Percentagem de matérias utilizadas proveniente de reciclagem.	
EN3	Consumo direto de energia primária, discriminado por fonte de energia primária.	
EN4	Consumo indireto de energia primária, discriminado por fonte primária.	
EN5	Total de poupança de energia devido a melhorias na conservação e eficiência.	
EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis e reduções no consumo de energia em resultado dessas iniciativas.	

EN7	Iniciativas para reduzir o consumo indireto de energia e reduções alcançadas.	
EN8	Consumo total de água, por fonte.	
EN9	Recursos hídricos significativamente afetados pelo consumo de água.	
EN10	Porcentagem e volume total de água reciclada e reutilizada.	
EN11	Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas.	
EN12	Descrição dos impactes significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	
EN13	Habitats protegidos ou recuperados	
EN14	Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactes na biodiversidade.	
EN15	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas pelo nível de risco de extinção.	
EN16	Total de emissões diretas e indiretas de gases com efeito estufa, por peso.	
EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso.	
EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e as reduções obtidas.	
EN19	Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso.	
EN20	Nox, Sox e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.	
EN21	Descarga total de água, por qualidade e destino.	
EN22	Quantidade total de resíduos, por tipo e método de eliminação.	
EN23	Número e volume total de derramas significativas.	
EN24	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia – Anexos I, II, III e VIII, e percentagem de resíduos transportados por navio, a nível internacional.	
EN25	Identidade, dimensão, estatuto de proteção e valor para a biodiversidade dos recursos hídricos e respetivos habitats, afetados de forma significativa pelas descargas de água e escoamento superficial.	
EN26	Iniciativas para mitigar os impactes ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactes.	
EN27	Porcentagem de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de	

EN28	produto. Montantes envolvidos no pagamento de coimas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade das leis e regulamentos ambientais.	
EN29	Impactes ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de trabalhadores.	
EN30	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo.	

	<i>Descrição Indicadores Sociais</i>	<i>Pontuação</i>
LA1	Total de Colaboradores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região discriminados por género.	
LA2	Número e taxa de novas contratações e taxa de rotatividade de Colaboradores, por faixa etária, género e região.	
LA3	Benefícios assegurados aos funcionários a tempo inteiro que não são concedidos a funcionários temporários ou a tempo parcial nos locais de operações significativas.	
LA4	Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de contratação coletiva.	
LA5	Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação coletiva.	
LA6	Percentagem da totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde, que ajudam no acompanhamento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.	
LA7	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados ao trabalho, por região e por género.	
LA8	Programas em curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco, em curso, para garantir assistência aos trabalhadores, às suas famílias ou aos membros da comunidade afetados por doenças graves.	
LA9	Tópicos relativos a segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos.	
LA10	Média de horas de formação por ano, por colaborador, discriminadas por género e categoria funcional.	
LA11	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos colaboradores e gestão do final de carreira.	
LA12	Percentagem de colaboradores que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, por género.	
LA13	Composição dos grupos responsáveis pelo governo	

	corporativo e discriminação de colaboradores por categoria, de acordo com gênero, faixa etária (por gênero), minorias (por gênero) e outros indicadores de diversidade (por gênero).	
LA14	Proporção de salário base e remuneração entre homens e mulheres, por categoria funcional, nas unidades operacionais importantes.	
HR1	Porcentagem e número total de acordos e contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos.	
HR2	Porcentagem de fornecedores, empresas contratadas e outros parceiros de negócio que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas.	
HR3	Total de horas de formação para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspetos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de empregados que recebeu formação.	
HR4	Número total de casos de discriminação e medidas corretivas tomadas.	
HR5	Operações e fornecedores significativos identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva possa ser violada ou sujeita a um risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.	
HR6	Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil. Operações e fornecedores significativos identificados como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a efetiva abolição do trabalho infantil.	
HR7	Operações e fornecedores significativos identificados como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo.	
HR8	Porcentagem do pessoal de segurança submetido a formação nas políticas ou procedimentos da organização, relativos aos direitos humanos, e que são relevantes para as operações.	
HR9	Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas.	
HR10	Porcentagem ou número total de operações que foram sujeitas a avaliação de impactes em matéria de direitos humanos.	
HR11	Número de queixas relacionadas com os direitos humanos arquivadas, tratadas e resolvidas através de mecanismos de reclamação formais.	
SO1	Porcentagem de operações com programas locais de envolvimento na comunidade, avaliação do impacto e programas de desenvolvimento.	

SO2	Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de risco de corrupção.	
SO3	Percentagem de trabalhadores que tenham efetuado formação nas políticas e práticas de anticorrupção da organização.	
SO4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.	
SO5	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupos de pressão.	
SO6	Valor total das contribuições financeiras ou em espécie a partidos políticos, políticos ou a instituições relacionadas, discriminadas por país.	
SO7	Número total de ações judiciais por ocorrência desleal, <i>antitrust</i> e práticas de monopólio, bem como os seus resultados.	
SO8	Montantes das coimas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos.	
SO9	Operações com potencial impacto ou impacto negativo nas comunidades locais.	
SO10	Medidas de prevenção e mitigação nas operações com potencial impacto ou impacto negativo na comunidade local.	
PR1	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e percentagem de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos.	
PR2	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados com os impactes causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado.	
PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos e a percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos.	
PR4	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados com a informação e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado.	
PR5	Práticas relacionadas com a satisfação do Cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação.	
PR6	Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.	
PR7	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado.	
PR8	Número total de reclamações comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes.	

PR9 Valor monetário de multas (significativas) por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.

Anexo III – G4

	<i>Descrição Indicadores Económicos</i>	<i>Pontuação</i>
EC1	Valor económico direto e distribuído.	
EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização, devido às alterações climáticas.	
EC3	Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização.	
EC4	Apoio financeiro recebido do governo.	
EC5	Variação da proporção do salário mais baixo, discriminado por gênero, comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes.	
EC6	Proporção de cargos de gestão de topo ocupados por indivíduos provenientes da comunidade local em locais operacionais de relevância.	
EC7	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestruturas e serviços oferecidos.	
EC8	Identificação e descrição dos impactos económicos indiretos significativos, incluindo a extensão desses impactos.	
EC9	Proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.	

	<i>Descrição Indicadores Ambientais</i>	<i>Pontuação</i>
EN1	Matérias utilizadas, por peso ou por volume.	
EN2	Percentagem de matérias utilizadas proveniente de reciclagem.	
EN3	Consumo de energia dentro da organização.	
EN4	Consumo de energia fora da organização.	
EN5	Intensidade energética.	
EN6	Redução do consumo de energia.	
EN7	Reduções nos requisitos de energia relacionados a produtos e serviços.	
EN8	Consumo total de água, por fonte.	
EN9	Recursos hídricos significativamente afetados pelo consumo de água.	
EN10	Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada.	
EN11	Instalações operacionais próprias, arrendadas ou administradas no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade situadas fora de zonas protegidas.	

EN12	Descrição dos impactes significativos de atividades, produtos e serviços da organização na biodiversidade em áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora das áreas protegidas.
EN13	Habitats protegidos ou recuperados.
EN14	Número total de espécies incluídas na lista vermelha na IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats situados em áreas afetadas por operações da organização, discriminadas por nível de risco de extinção
EN15	Emissões diretas de gases de efeito estufa.
EN16	Emissões indiretas de gases de efeito estufa no consumo de energia.
EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases com efeito estufam.
EN18	Intensidade de emissões de gases de efeito estufa
EN19	Redução de emissão de gases de efeito estufa.
EN20	Emissões de substâncias que destroem a camada de ozono.
EN21	Emissões de Nox, Sox e outras emissões atmosféricas significativas.
EN22	Descarte total de água, discriminado por qualidade e destinação.
EN23	Quantidade total de resíduos, discriminado por tipo e método de disposição.
EN24	Número total e volume de derrames significativos.
EN25	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da convenção da Basileia, Anexo I, II, III e VIII, e percentual de resíduos transportados internacionalmente.
EN26	Identificação, tamanho, status de proteção e valor da biodiversidade de corpos de água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes e drenagem de água realizados pela organização.
EN27	Extensão da mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços.
EN28	Porcentagem de produtos e suas embalagens recuperadas em relação ao total de produtos vendidos, discriminado por categoria de produtos.
EN29	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias aplicadas em decorrência da não conformidade com leis e regulamentos ambientais.
EN30	Impactos ambientais significativos decorrentes do transporte de produtos e outros bens e materiais usados nas operações da organização, e pelos elementos da equipa de transporte.
EN31	Total de gastos e investimentos em proteção ambiental, discriminados por tipo.
EN32	Porcentagem de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais.

EN33	Impactos ambientais negativos significativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito.	
EN34	Número de queixas relacionadas a impactos ambientais protocoladas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal.	

	<i>Descrição Indicadores Sociais</i>	<i>Pontuação</i>
LA1	Criação de empregos e taxa de rotatividade por faixa etária, género e região.	
LA2	Benefícios para os colaboradores a tempo inteiro, que não são oferecidos a empregados temporários ou a tempo parcial.	
LA3	Taxas de retorno ao trabalho e retenção após licença maternidade/paternidade discriminadas por género.	
LA4	Período mínimo de anúncio sobre mudanças nas operações na organização relatora, incluindo se está especificado em acordos sindicais	
LA5	Percentagem da mão-de-obra total, representada em comités formais de saúde e segurança.	
LA6	Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, índice de absentismo e número de óbitos relacionados ao trabalho, discriminados por região e género.	
LA7	Empregados com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação.	
LA8	Tópicos relativos a segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos.	
LA9	Média de horas de formação anual por colaborador, discriminado por género e categoria profissional.	
LA10	Programas para a gestão de competências e aprendizagem contínua que contribuam para a empregabilidade dos colaboradores.	
LA11	Percentagem de colaboradores que recebem regularmente avaliação de desempenho e de desenvolvimento de carreira, por género.	
LA12	Composição dos órgãos de governo e desagregação dos colaboradores por categoria profissional, de acordo com género, faixa etária, pertença a grupo minoritários e outros indicadores de diversidade.	
LA13	Proporção de salário base entre mulheres e homens, discriminada por categoria funcional e unidades operacionais relativas.	
LA14	Percentagem de novos fornecedores avaliados por práticas laborais.	
LA15	Impactos negativos atuais e potenciais das práticas laborais na cadeia de fornecedores e ações tomadas.	
LA16	Número de queixas e reclamações relacionadas com práticas laborais arquivadas, tratadas e resolvidas através	

	de mecanismos formais de queixa.	
HR1	Número total e percentagem de acordos e contratos de investimento significativos que incluem cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos a avaliação referente a direitos humanos.	
HR2	Número total de horas de formação dos colaboradores em políticas de direitos humanos ou procedimentos relacionados a aspetos de direitos humanos relevantes para as operações da organização, incluindo a percentagem de colaboradores formados.	
HR3	Número total de casos de discriminação e medidas corretivas tomadas.	
HR4	Operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva possa estar a ser violada ou haja risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.	
HR5	Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil e medidas tomadas para contribuir para a efetiva erradicação do trabalho infantil.	
HR6	Operações e fornecedores identificados como de risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e medidas tomadas para contribuir para a sua erradicação.	
HR7	Percentagem do pessoal de segurança que recebeu formação das políticas ou procedimentos da organização relativos a direitos humanos que sejam relevantes às operações.	
HR8	Número total de casos de violação de direitos de povos indígenas e tradicionais e medidas tomadas a esse respeito.	
HR9	Número total e percentagem de operações submetidas a análises ou avaliações de direitos humanos de impactos relacionados a direitos humanos.	
HR10	Percentagem de novos fornecedores selecionados com base em critérios relacionados a direitos humanos.	
HR11	Impactos negativos significativos atuais e potenciais em direitos humanos na cadeia de fornecedores e medidas tomada a esse respeito.	
HR12	Número de queixas e reclamações relacionadas com os direitos humanos arquivadas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal.	
SO1	Percentagem de operações com programas de envolvimento das comunidades locais, avaliação de impacto e programas de desenvolvimento.	
SO2	Medidas com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais.	
SO3	Número total e percentagem de operações submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção e os riscos significativos identificados.	

<i>SO4</i>	Comunicação e formação em políticas e procedimentos de combate à corrupção.	
<i>SO5</i>	Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas.	
<i>SO6</i>	Valor total de contribuições financeiras para partidos políticos, discriminado por país e destinatário/beneficiário.	
<i>SO7</i>	Número total de ações jurídicas movidas por concorrência desleal, práticas de trust e monopólio e seus resultados.	
<i>SO8</i>	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias por não cumprimento de leis e regulamentos.	
<i>SO9</i>	Porcentagem de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a impactos na sociedade.	
<i>SO10</i>	Impactos negativos significativos reais e potenciais da cadeia de fornecedores na sociedade e medidas tomadas a esse respeito.	
<i>SO11</i>	Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos na sociedade arquivadas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal.	
<i>PR1</i>	Porcentagem das categorias de produtos e serviços significativas para as quais são avaliados impactos na saúde e segurança buscando melhorias.	
<i>PR2</i>	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado.	
<i>PR3</i>	Tipo de informações sobre produtos e serviços exigidas pelos procedimentos da organização referentes a informações e rotulagem de produtos e serviços e porcentagem de categorias significativas sujeitas a essas exigências.	
<i>PR4</i>	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminado por tipo de resultados.	
<i>PR5</i>	Resultados de pesquisa de satisfação do cliente.	
<i>PR6</i>	Venda de produtos proibidos ou contestados.	
<i>PR7</i>	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultados.	
<i>PR8</i>	Número total de queixas e reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes.	
<i>PR9</i>	Valor monetário de multas significativas aplicadas por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.	